

# CAISAN

CÂMARA INTERSECRETARIAL DE  
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

## 1º PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

2016/2020

SÃO PAULO - JUNHO | 2016



## **Prefeitura do Município de São Paulo**

**FERNANDO HADDAD**  
Prefeito

**Artur Henrique da Silva Santos**  
Secretário do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo

**Marcelo Mazeta Lucas**  
Coordenador de Segurança Alimentar e Nutricional

**Leandro Costa Cuerbas**  
Secretário Executivo

**Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo – CAISAN-Municipal**

Avenida São João, 473 – Centro – São Paulo/SP

Telefone: (11) 3224-6000 Ramal: 6168

E-mail: [caisan@prefeitura.sp.gov.br](mailto:caisan@prefeitura.sp.gov.br)

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	14
CAPÍTULO 1 .....	15
1. CONTEXTUALIZAÇÃO .....	15
1.1 PRODUÇÃO, ABASTECIMENTO, DISPONIBILIDADE E CONSUMO DE ALIMENTOS. ....	15
1.1.1 Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) no Brasil.....	15
1.1.2 Agricultura urbana e periurbana identificadas em São Paulo .....	16
1.1.3 Abastecimento e acesso a alimentos saudáveis e desenvolvimento rural .....	19
1.1.4 Desigualdades regionais na disponibilidade e acesso aos alimentos na cidade de São Paulo .....	22
1.2 VULNERABILIDADE DE GRUPOS ESPECÍFICOS: POVOS INDÍGENAS, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS, PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, IDOSOS, MULHERES E CRIANÇAS. ....	25
1.2.1 Indicadores de SAN: vulnerabilidade de grupos específicos .....	25
1.2.2 Fome, pobreza e desigualdade social .....	26
1.2.3 Acesso aos alimentos por grupos vulneráveis: população em situação de rua, mulheres e idosos .....	26
1.3 ACESSO UNIVERSAL À ÁGUA, CRISE HÍDRICA E IMPLICAÇÕES NA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DA POPULAÇÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO .....	28
1.4 PROCESSOS PERMANENTES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL, DE PRESERVAÇÃO DE CONHECIMENTOS TRADICIONAIS, PESQUISA E FORMAÇÃO NA ÁREA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA .....	29
1.5 PERFIL ALIMENTAR E NUTRICIONAL: IMPLICAÇÕES NA SAÚDE.....	32
1.5.1 Perfil alimentar e nutricional: implicações na saúde da população Brasileira .....	32
1.5.2 Perfil alimentar e nutricional: implicações na saúde da população da cidade de São Paulo .....	34
1.6 A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - EXPERIÊNCIAS E AÇÕES INSTITUCIONAIS EM CURSO NA CIDADE DE SÃO PAULO.....	35
1.6.1 Institucionalidade e fortalecimento dos Componentes Municipais do SISAN.....	39
CAPÍTULO 2 .....	41
2. PRINCÍPIOS, ESTRATÉGIAS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA A CONSTRUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DA CIDADE DE SÃO PAULO - PLAMSAN/SP .....	41

2.1 Princípios .....	41
2.1.1 Intersetorialidade .....	41
2.1.2 Soberania Alimentar .....	42
2.1.3 Participação e Controle Social .....	42
2.1.4 Descentralização administrativa e política no âmbito da implementação de políticas públicas. ....	43
2.2 Estratégias e Procedimentos Metodológicos .....	44
CAPÍTULO 3 .....	46
3. DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL .....	46
3.1 Gestão Descentralizada .....	46
3.2 Dados e Indicadores de SAN .....	48
4. DIRETRIZES, OBJETIVOS E AÇÕES DO PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....	49
5. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	96

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ADESampa - Agência de Desenvolvimento Econômico

APA - Áreas de Proteção Ambientais Municipais

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

ATTI - Assessoria Técnica de Tecnologia da Informação

AUP - Agricultura Urbana e Periurbana

CAE - Casa da Agricultura Ecológica de Parelheiros

CAISAN-Municipal - Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional da cidade de São Paulo

CDE - Coordenadoria de Desenvolvimento Econômico

CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo

CECI's - Centros de Educação e Cultura Indígena

Centros Pop - Centro de Referência Especializado de Assistência Social para População em Situação de Rua

CEU - Centro Educacional Unificado

CMSAN - Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

CMDRSS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável

CODAE - Coordenadoria de Alimentação Escolar

COMUSAN-SP - Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

COSAN - Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional

COVISA - Coordenação de Vigilância em Saúde

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CRESAN - Centro de Referência de Segurança Alimentar e Nutricional

CRESAN's - Centros de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional

DCNT - Doenças Crônicas não Transmissíveis

DHAA - Direito Humano à Alimentação Adequada

DRE - Delegacia de Educação Regional

EAN - Educação Alimentar e Nutricional

EMEF - Escola Municipal de Ensino Infantil

EMEI - Escola Municipal de Ensino Infantil

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FEMA - Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FSP - Faculdade de Saúde Pública

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

GT - Grupo de Trabalho

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA/SP - Superintendência Regional do Incra em São Paulo

ISA-CAPITAL - Inquérito de Saúde da Capital

LOSAN - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

MSP - Município de São Paulo

NUPENS - Núcleo de Pesquisa Epidemiológicas em Nutrição e Saúde

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONGs - Organizações Sociais Sem Fins Lucrativos

OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PAE/SP - Programa de Alimentação Escolar do Município de São Paulo

PANC - Plantas Alimentícias Não Convencionais

PLAMSAN - Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

PLL - Programa Leve Leite

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAN - Política Nacional de Alimentação e Nutrição

PÓLOS de EA - Pólos de Educação ambiental

PRODAM - Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo.

PRONATEC - Programa Nacional de Ensino Técnico

PSE - Programa Saúde na Escola

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

SAS - Supervisões de Assistência Social

SDTE - Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SES - Secretaria de Serviços

SESI - Serviço Social da Indústria

SGM - Secretaria de Governo Municipal

SIGA - Sistema de Saúde Municipal

SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SISVAN - Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional

SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

SMC - Secretaria Municipal de Cultura

SMDHC - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

SME - Secretaria Municipal da Educação

SMPIR - Secretaria Municipal da Promoção e Igualdade Racial

SMRIF - Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas

SMS - Secretaria Municipal da Saúde

SMSP - Secretaria Municipal de Coordenação de Subprefeituras

SUS - Sistema Único de Saúde

SUVIS - Supervisões de Vigilância em Saúde

SVMA - Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente

UBS - Unidade Básica de Saúde

UEs - Unidades Escolares

UNODC - Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

USP - Universidade de São Paulo

VAITEC - Atividades Inovadoras Relacionadas à Tecnologia da Informação e Comunicação

VIGITEL - Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico



CÂMARA INTERSECRETARIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CAISAN-Municipal

ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS - Secretário Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo

Presidente

Pleno Secretarial da CAISAN-Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E EMPREENDEDORISMO - ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS

SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL - FRANCISCO MACENA DA SILVA

SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO DAS SUBPREFEITURAS - LUIZ ANTONIO MEDEIROS

SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - LUCIANA DE TOLEDO TEMER LULIA

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - ALEXANDRE PADILHA

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - NÁDIA CAMPEÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - FELIPE DE PAULA

SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE - RODRIGO PIMENTEL PINTO RAVENA

*Pleno Executivo da CAISAN-Municipal*

SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E EMPREENDEDORISMO - MARCELO MAZETA LUCAS

SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL - ODAIR HENRIQUE NETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO DAS SUBPREFEITURAS - OSVALDO LOGATTO

SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - ELIANA MARIA RIBEIRO GARRAFA

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - ELIANA DE AQUINO BONILHA

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - MARIA FERNANDA CRISTOFOLETTI

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - JOSÉ LUIZ DE LIMA

SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE - SOLANGE CAVALCANTE S. REDOLFI

Secretário-Executivo da CAISAN-Municipal

Leandro Costa Cuerbas

Assessoria

Siane Muniz da Silva

Lucas Rodrigues de Sousa

Colaboradores

*Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo*

Gabinete

Sandra Faé

Darlene Aparecida Testa

Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional

Eliana Martins

Luís Henrique Marinho Meira

Adriano de Almeida Cardoso

Pablo Daniel Ferreira

Ennio Thomaz

Marcos Cesar Politi

Célia Alas Rossi

Coordenadoria do Trabalho

José Trevisol

Marlene Seica Shiroma Goldenstein

Coordenadoria do Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo

Alessandra Santos Rosa

Mariana Giroto

Agência de Desenvolvimento de São Paulo - ADESAMPA

Antônio Sérgio Pires Miletto

Everton Prates

Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura - FUNDATEC

Antônio Carlos Souza de Carvalho

Gabriel de Souza Freitas

Estela Maria Barbieri

*Secretaria do Governo Municipal*

Weber Sutti

Guilherme Parra de Andrade

Jeter Gomes

*Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras*

Erica Carleto Tosello

*Secretaria Municipal da Assistência e Desenvolvimento Social*

Célia Maria Vairo

Marcia Maria Rodrigues

Marli Matos de Godoi

*Secretaria Municipal da Saúde*

Célia Cristina Pereira Bortoletto

Kátia Cristina Bassichetto

Vera Helena Lessa Vilella

Rita Helena Bueno Pinheiro

Bruna Roldan Mussolino

Rejane Calixto Gonçalves

*Secretaria Municipal da Educação*

Claudia Lopes Macedo

Luiz Henrique Bambini de Assis

Adriana Ide

Daniela Wenzel

Agnes Hanashiro

Helena Maria Novaretti

Laura da Silva Dias Rahal

Julia Mercedes Perez Florido

Livia da Cruz Esperança

Cristina Morais Pinheiro

*Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania*

Flávia Rolim

Maria José Scardua

José Cano Herédia Neto

*Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente*

Raquel Lima

Tatiana Martins Coelho

Suely Feldman Bassi

Domingos Leoncio Pereira

*Secretaria Municipal de Serviços*

Antônio Oswaldo Storel Junior

Diego Rizzo Vieira

Bruno Nepomuceno

*Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico*

Patrícia Maria Drago

Miriam Tokumori Hokama

Lucilene Oshiro Correa

*Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano*

Fernando de Mello Franco

Anna Kaiser Mori

Giselle Kristina Mendonça Abreu

*Secretaria de Relações Internacionais e Federativas*

Giovana Scotini

Rafael Antonio Pinheiro

*Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional da cidade de São Paulo - COMUSAN-SP*

Christiane Gasparini Araújo Costa

Nadir Silva Moraes

Bettina Gerken Brasil

André Luzzi

Andre Ruoppolo Biozoti

Ana Flávia Borges Badue

Dalva Maria de Oliveira

Márcia Cristina P.S.Thomazinho

Teresa Anunciata C. dos Santos

Adalgisa Oliveira da Silva

## APRESENTAÇÃO

Em 2013, instituímos os componentes municipais do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) na cidade de São Paulo, com a aprovação da Lei nº 15.920/2013, que coloca a obrigatoriedade de, progressivamente, o município garantir ações que corroboram com a SAN e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Em 2015, regulamentamos o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMUSAN-SP, empossamos os novos membros, pela primeira vez a presidência da sociedade civil, e criamos a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan). Ações que foram fundamentais para a adesão do município ao SISAN, (Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) do governo federal e comprometendo-se, assim, no período de um ano, elaborar e lançar o Plano de SAN.

A sensação do dever cumprido. E a busca incessante de novos desafios. É dessa forma que definimos o processo de consolidação da Segurança Alimentar e Nutricional, culminando com o lançamento do 1º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional da cidade de São Paulo. A cidade avançou substancialmente na implantação das políticas que promovem o direito à alimentação adequada e segurança alimentar e nutricional da população.

As proposições e o resultado da participação de uma sociedade atuante na 6ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional fazem parte das ações municipais desta gestão e estão presentes nesse Plano.

O Plano que apresentamos é resultado de um trabalho intersetorial envolvendo diversas secretarias do governo municipal, que se reuniram para discutir as interfaces e as ações que poderiam compor esse documento.

A concretização de projetos, além da execução de programas e ações que garantam o direito humano à alimentação adequada, o combate à fome, à exclusão social e o estímulo a hábitos alimentares saudáveis, além da geração de renda vinculada à alimentação saudável e inclusão social, e o consumo consciente dos alimentos, como o fortalecimento da agricultura familiar e maior acesso a produtos orgânicos, estão aqui contemplados.

Desta forma, beneficiaremos a cidade em todo o seu circuito produtivo, garantindo comida de verdade, no campo e na cidade, a todos os cidadãos.

*Artur Henrique da Silva Santos*  
*Secretário Municipal*  
*do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo*  
*Presidente*

## CAPÍTULO 1

### 1. CONTEXTUALIZAÇÃO

#### 1.1 PRODUÇÃO, ABASTECIMENTO, DISPONIBILIDADE E CONSUMO DE ALIMENTOS.

##### 1.1.1 Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) no Brasil

Segundo SANTANDREU e LOVO, 2007, p.11

“A AUP é um conceito multi dimensional que inclui a produção, a transformação e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas (hortaliças, frutas, plantas medicinais, ornamentais, cultivados ou advindos do agro extrativismo, etc.) e pecuários (animais de pequeno, médio e grande porte) voltados ao auto consumo, trocas e doações ou comercialização, (re) aproveitando-se, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais (solo, água, resíduos, mão-de-obra, saberes etc.)”

Este conceito está fortemente relacionado às atividades que podem ser praticadas nos espaços intra-urbanos ou periurbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades.

No Brasil a AUP deve estar orientada à Promoção da Agroecologia, do Consumo de Hábitos Saudáveis, da Construção de Conhecimentos Respeitando o Diálogo de Saberes, ao Respeito à Diversidade Étnica, Racial e Cultural, Promoção da Equidade de Gênero, Justiça Sócio-ambiental e a Solidariedade, Promoção da Soberania Alimentar e Segurança Alimentar Nutricional, Promoção da Economia Justa, Solidária e Familiar e o Consumo Responsável, e a Promover a Participação, Empoderamento e Autonomia dos/as Agricultores Urbanos e Periurbanos (SANTANDREU, Alain; LOVO, C. Ivana, 2007).

Evidenciam - se cinco categorias de caracterização das iniciativas de AUP: Produção incluindo: 1. Agrícola e pecuária de hortaliças, plantas aromáticas e medicinais, frutíferas, plantas ornamentais, pequenos, médios e grandes animais, peixes, agro extrativismo, etc.; Insumos como sementes, mudas, composto, húmus, etc. e reuso de água e reaproveitamento de resíduos sólidos; 2. Transformação de pelo menos um produto da AUP, de forma artesanal, em pequena agroindústria familiar e ou comunitária, promovida pela sociedade civil ou poder público; 3. Comercialização na forma de um comércio justo, de produtos in natura ou transformados, na cadeia de produção urbana e em mercados institucionais



(tradicionais aos orgânicos) formais e informais; 4. Auto-consumo, trocas e doações a espaços institucionais o a população da comunidade. 5. Prestação de Serviços em pesquisa, capacitação, geração de tecnologias, assessorias, créditos locais e outros.

Das experiências de AUP no Brasil, 75% localiza-se nas capitais das regiões metropolitanas o que representa uma característica importante, dado o fato de as capitais concentrarem importantes contingentes da população, assim como a falta de solo e porcentagens elevadas de urbanização.

Desta forma, através da AUP é possível contribuir para melhoria de vida da população urbana e para a sustentabilidade das cidades. A partir deste conceito de multi funcionalidade, a AUP tem no seu potencial a oportunidade de motivar cidades produtivas e ecológicas, que respeitam a diversidade Sócio-cultural e que promovam a segurança alimentar e nutricional.

### 1.1.2 Agricultura urbana e periurbana identificadas em São Paulo

São Paulo é uma metrópole com mais de 11.967.825 de habitantes, que nas últimas três décadas tem atravessado uma clara mudança em seu perfil econômico: de uma cidade com forte caráter industrial, o município tem cada vez mais assumido um papel de cidade terciária, pólo de serviços e negócios para o país. A cidade se desenvolve em uma área de 1523 km<sup>2</sup>, dos quais 222 Km<sup>2</sup> são zonas cultiváveis, compreendendo 14,75% do território municipal. A localização e contexto que se desenvolve a agricultura em São Paulo é bastante diversificada: desde praças ou telhados em regiões nobres e carentes da cidade. Desde a região central até a região oeste como a Vila Madalena e Pinheiros. E nas regiões carentes, como no caso da Zona Leste onde a agricultura se desenvolve abaixo das linhas elétricas que se caracteriza como espaços vazios, organizados pelos próprios produtores e familiares ou vizinhos de numerosos bairros.

Já na área rural da cidade, localizada na zona sul, existem áreas de mananciais e um conjunto de Unidades de Conservação como Parques Naturais e as Áreas de Proteção Ambientais Municipais (APAs) Capivari-Monos e Bororé-Colônia. As funções da agricultura na cidade variam entre: lazer, geração de renda, troca de experiência, mitigação ambiental, conservação das áreas florestadas e proteção dos recursos hídricos e áreas de mananciais e gestão de resíduos, produção de alimentos.

A maior parte da área agrícola encontra-se na área sul da cidade no distrito de Parelheiros e Marsilac. São 353 km<sup>2</sup> ricos em recursos naturais: água límpida (a região produz 24% da água de São Paulo) e florestas.

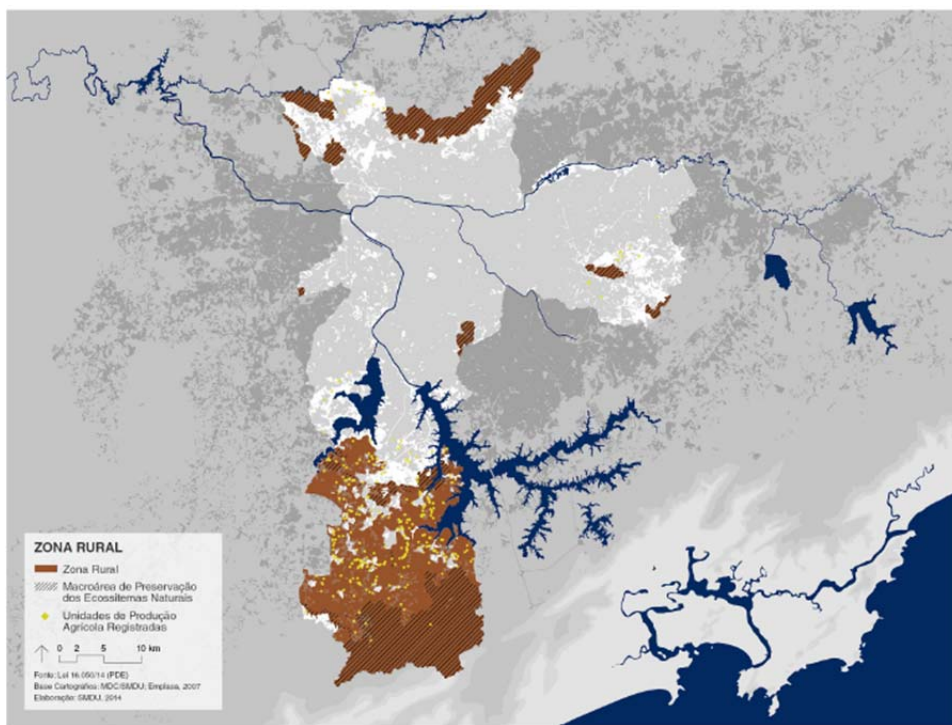
Na Zona Sul da cidade existem cerca de 400 produtores rurais, na qual se identifica o maior número de produtores com atividades de AUP. Estes produzem verduras, legumes, algumas frutas e plantas ornamentais. No município de São Paulo existe uma legislação específica de AUP, a Lei Nº 13.727 (12 de janeiro de 2004) que cria o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana (PROAURP) e define diretrizes.

Em termos gerais, identifica-se uma diversidade e multiplicidade de atividades combinando produção, comercialização e consumo dos alimentos produzidos. E com menor representatividade, existem experiências de transformação do produto de forma artesanal, ou seja, a possibilidade de agregar valor à produção.

Na Zona Leste da cidade existem as hortas comunitárias. São cerca de 40 hortas, nas quais trabalham 79 famílias que tem como atividade principal a produção vegetal. Como destino da produção está o auto consumo e comercialização dos alimentos. Os produtores adotam diferentes sistemas de comercialização, entre os quais destacam a venda direta na horta, e as feiras orgânicas e agroecológicas.

O município de São Paulo dispõe de prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural e fomento às Hortas Comunitárias nas 02 Casas de Agricultura da cidade de São Paulo. Sendo 01 na Zona Leste e outro na Zona Sul. O trabalho com os agricultores familiares tem como objetivo a transição agroecológica da produção para garantir a preservação ambiental e a garantia de alimentos saudáveis para a população. Com a potencialização da AUP, pretende-se promover o desenvolvimento econômico e local. Para isso, temos como desafio ampliar as atividades de orientação e capacitação dos produtores, combinar a produção com comercialização e geração de renda, buscar melhores oportunidades de crédito orientadas para a AUP e mapear a multiplicidade de atividades, bem como as características socioeconômicas dos produtores.

A Casa da Agricultura Ecológica José Umberto Macedo Siqueira, que foi oficializada através do Decreto nº 47.280, de 16 de maio de 2006, tem o objetivo de atender as especificidades locais na implementação da Política Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana, priorizando a aptidão e a vocação agrícola regional. Mais conhecida como Casa da Agricultura Ecológica de Parelheiros (CAE), presta serviço pela Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (SDTE), através da Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional (COSAN) responsável pelo Departamento de Agricultura, que coordena as ações relativas à agricultura urbana e periurbana na cidade de São Paulo. A finalidade principal da Casa da Agricultura Ecológica de Parelheiros é o de fortalecer e apoiar o agricultor urbano e periurbano, através da criação e implantação de Políticas Públicas voltadas para o tema. O atendimento é prioritariamente dado aos agricultores familiares dos Distritos de Parelheiros, Marsilac e Grajaú.



Até 2014, 35 agricultores realizaram a transição e foram oficializados como agroecológicos (lembrando que esse é um processo de cerca de 03 anos de trabalho), e outros 14 são agricultores certificados como produtores orgânicos.

Nesse ano, 2016, foi lançado o Programa Agriculturas Paulistanas, que tem por objetivo articular diferentes Secretarias e respectivas ações e ampliar os serviços voltados à produção de alimentos na cidade de São Paulo. Foram entregues maquinários da “Patrulha Agrícola” para uso dos agricultores, possibilitando facilidades no trato com a terra e impulsionando a produção.

Além disso, a prefeitura conta com 32 Escolas Estufas que estão alocadas no âmbito das 32 subprefeituras e fazem parte do Programa Hortas e Viveiros da Comunidade. Como primeira etapa do Programa foram feitas articulações com o Programa Operação Trabalho (POT), unindo a formação agroecológica e orgânica (por meio de atividades teóricas e práticas de manuseio do solo e cultivo), trabalho e renda para pessoas desempregadas e em vulnerabilidade social. O próximo passo é a reestruturação das Escolas Estufas (reforma do espaço, reconstrução das estufas, etc.), mobilização de entidades, órgãos e pessoas do entorno para participarem de ações formativas em produção agroecológica e

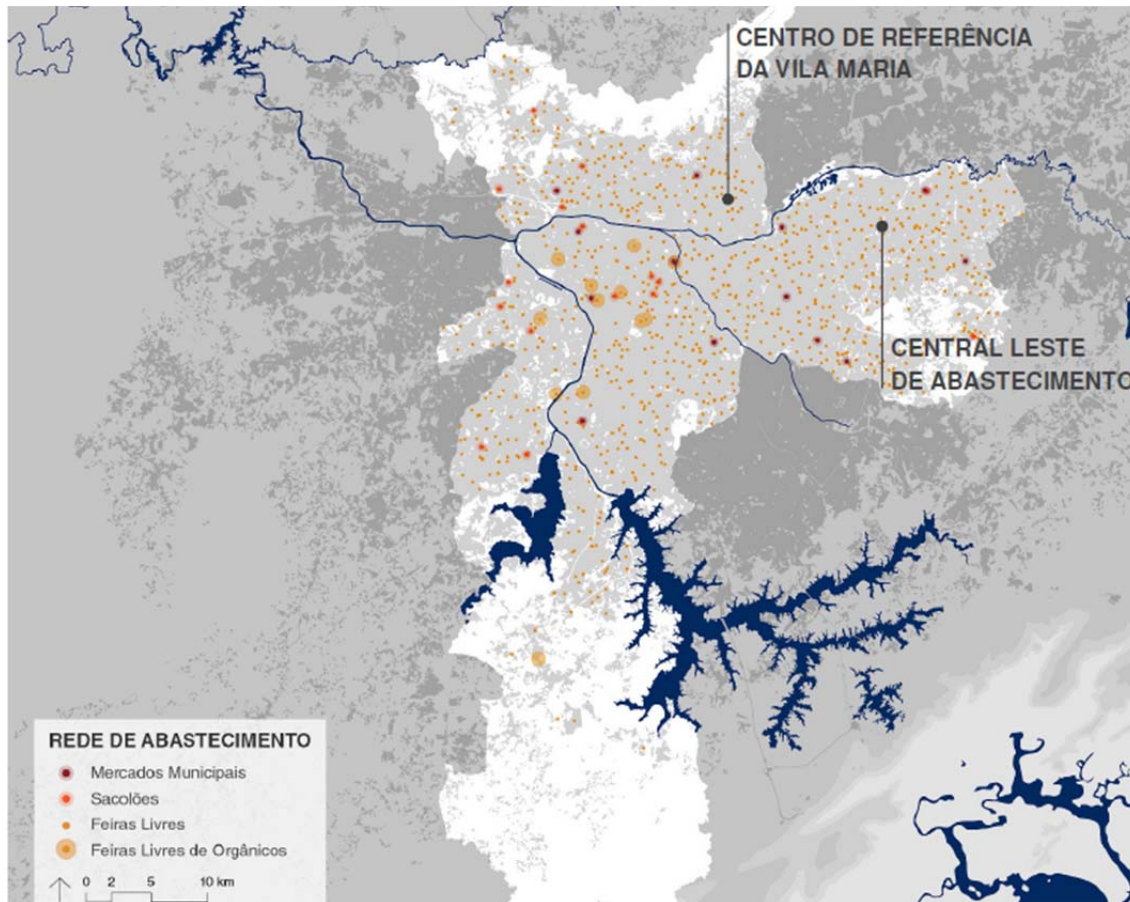
orgânica com o objetivo de popularizar as técnicas e fomentar a produção de hortas, pequenos jardins comestíveis, etc. Corroborando, assim, com a premissa da preservação ambiental.

Considerando as potencialidades da AUP, e os desafios apresentados com relação à agricultura urbana e periurbana no município de São Paulo, há um crescente interesse político para que as ações e intervenções futuras contribuam para o trabalho que preconiza a concretização da Política de Segurança Alimentar e Nutricional, pois é por intermédio do trabalho que se pode garantir o acesso à renda, à educação e aos alimentos.

### 1.1.3 Abastecimento e acesso a alimentos saudáveis e desenvolvimento rural

Para o escoamento da produção advinda dessas regiões a prefeitura vem realizando a implantação de feiras de produtos agroecológicos e orgânicos que, atualmente, totalizam 05 feiras implantadas. Além disso, tem sido estimulado na cidade feiras da Agricultura Familiar para a comercialização de seus produtos.

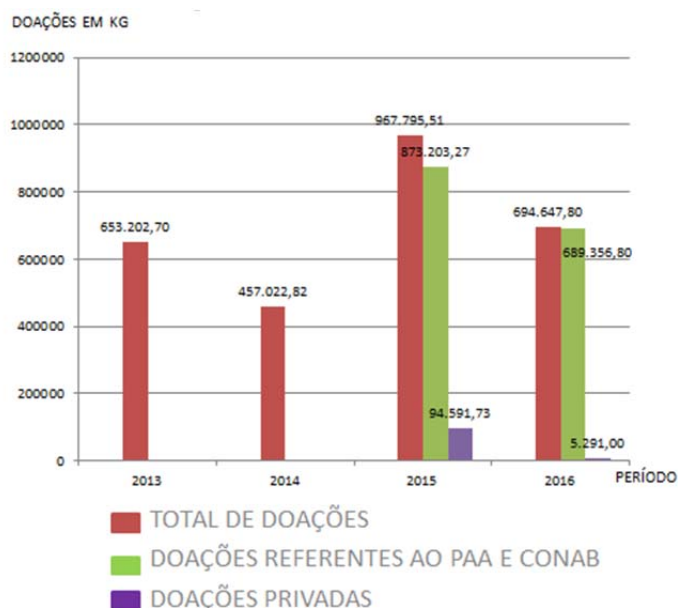
A prefeitura tem preconizado a retomada do caráter social dos Mercados e Sacolões municipais (que é a de garantir produtos alimentícios com preços mais acessíveis) com a inserção gradativa de produtos advindos da agricultura familiar em boxes que se encontram em desuso nesses espaços. Está em andamento um processo de conscientização dos permissionários desses equipamentos para que ofereçam uma lista mínima de produtos (cerca de 20) com preços tabelados, sendo mais baratos que os praticados nos mercados e estabelecimentos comerciais convencionais. A rede desses equipamentos públicos é formada por 15 Mercados e 17 Sacolões implantados nas diversas regiões da cidade. Apesar do expressivo número de feiras na cidade (880 no total), outro problema é a questão dos Desertos Alimentares, que devem ser mapeados e ações de acesso aos alimentos precisam ser implementadas, principalmente feiras livres que tenham um preço mais acessível aos consumidores.



Fonte SMDU 2013. Base Cartográfica: MDC/SMDU; Emplasa, 2007. Elaboração: SMDU, 2015

Como estratégia para o desenvolvimento rural em nível local e regional, em 2013, a Prefeitura de São Paulo assinou o Termo de Adesão ao Programa Federal de Aquisição de Alimentos (PAA), a proposta possui o valor de 3,2 milhões de reais, a maior compra já realizada pelo Programa. Os alimentos advindos da Agricultura Familiar são distribuídos às entidades cadastradas, por intermédio do Banco Municipal de Alimentos, cumprindo, assim, dois papéis: de valorização da Agricultura Familiar/Manutenção do produtor no campo, garantindo mercado para o escoamento de sua produção e de acesso aos alimentos saudáveis por famílias em vulnerabilidade social via entidades cadastradas que fazem a distribuição. No total são 349 entidades cadastradas que beneficiam cerca de 200.000 pessoas com melhoria na qualidade de sua alimentação.

Em 2013, as doações do Banco de Alimentos foram de 653.202,7 kg de alimentos, em sua maioria processados. Em 2014, 457.022,82 kg de alimentos, número um pouco menor por conta de reforma e adequação do espaço. Em 2015, o total geral foi de 967.795,51 Kg, dos quais 873.203,27 Kg (mais de 90% do total) foram referentes ao Programa de Aquisição de Alimentos e Doação Simultânea da CONAB (alimentos in natura) e apenas 9,77% (94.591,73 Kg) de doações privadas (redes varejistas). Nos primeiros quatro meses do ano de 2016, o total geral foi de 694.647,8 Kg, dos quais 689.356,8 Kg (mais de 99% do total) foram referentes ao PAA e CONAB (alimentos in natura), as doações privadas foram responsáveis por apenas 0,76% (5.291,00 Kg).



Recentemente, no primeiro trimestre de 2016, o Plano de Introdução Progressiva de Alimentos Orgânicos ou de Base Agroecológica na Alimentação Escolar foi concluído, com processo amplo de participação social e consulta pública. O Plano prevê que, até 2026, 100% da Alimentação Escolar seja orgânica ou de base agroecológica. Esse é um importante passo para a garantia de alimentação saudável para as crianças, impactando diretamente em suas condições de saúde, bem como, visa o desenvolvimento rural e o fomento à transição agroecológica e à produção orgânica.

#### 1.1.4 Desigualdades regionais na disponibilidade e acesso aos alimentos na cidade de São Paulo

Segundo Duran, 2013, em sua tese "Ambiente alimentar urbano em São Paulo, Brasil: avaliação, desigualdades e associação com consumo alimentar", há desigualdades regionais no acesso a alimentos saudáveis, como frutas e hortaliças, na cidade de São Paulo, favorecendo as regiões mais ricas. Por exemplo, o consumo de frutas e hortaliças foi 40% e 26% maior, respectivamente, em bairros onde havia estabelecimentos comercializando esses produtos.

A pesquisadora estudou estabelecimentos de comercialização de alimentos para consumo no domicílio, como supermercados e pequenos mercados e de comercialização de alimentos para consumo imediato - restaurantes, lanchonetes, padarias, etc.. O acesso a alimentos saudáveis foi medido a partir de índices que resumiram as medidas coletadas e validadas em todos os estabelecimentos encontrados na amostra de setores censitários acerca da disponibilidade, variedade, preço e promoção de alimentos.

Abaixo cada um destes achados em detalhes.

a) Localização de equipamentos públicos (feiras-livres, mercados e sacolões municipais) e estabelecimentos privados (supermercados) de comercialização de alimentos.

- Maior concentração de feiras-livres, mercados e sacolões municipais nas regiões mais ricas da cidade, em especial no Centro e Zona Oeste. Nas regiões Norte e Leste há uma quantidade também maior destes estabelecimentos, quando comparada à região Sul, que apresenta a pior concentração destes equipamentos públicos em São Paulo (Figura 1).

- Maior concentração de mercados, supermercados e hipermercados nas regiões de média e alta renda em São Paulo: centro e zona oeste.

- Pequenos mercados de bairro mais frequentemente encontrados em bairros de menor nível socioeconômico.

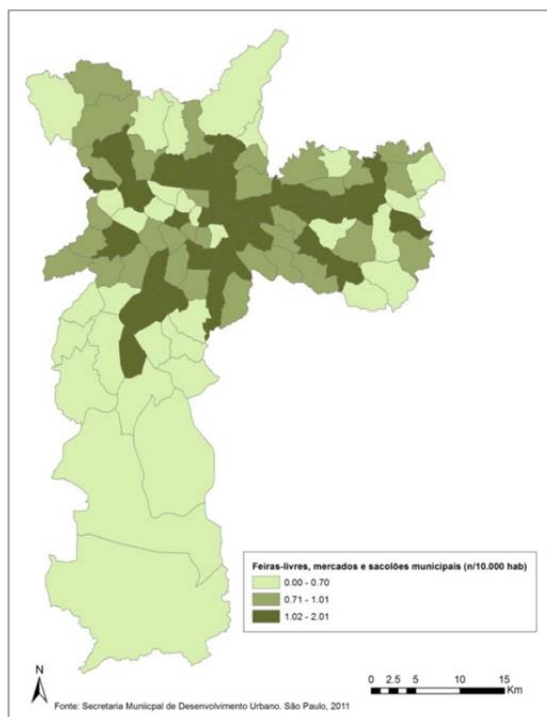


Figura 1. Densidade de equipamentos públicos de comercialização de alimentos para consumo no domicílio. São Paulo, 2011.

#### b) Diferenças entre os diversos tipos de estabelecimentos de comercialização de alimentos

- Feiras-livres, mercados municipais e sacolões apresentaram o maior acesso a alimentos saudáveis (incluindo disponibilidade, variedade e promoção e propaganda), seguidos por supermercados. “Pequenos mercados de bairro” apresentaram os piores índices de acesso a alimentos saudáveis.

- Estabelecimentos de comercialização de alimentos localizados em bairros de maior nível socioeconômico - independente se eram “pequenos mercados de bairro”, supermercados ou feiras-livres - apresentaram um melhor acesso a opções saudáveis, quando comparados a estabelecimentos similares, mas localizados em áreas de menor nível socioeconômico.

- Clara desigualdade de acesso a alimentos saudáveis no município de São Paulo, favorecendo bairros mais ricos.

#### c) Impacto da disponibilidade de alimentos no consumo



- Utilizando dados secundários acerca da localização das feiras-livres, mercados e sacolões municipais na cidade, encontramos uma associação ecológica com o consumo de frutas e hortaliças: subprefeituras com maior concentração de feiras-livres, mercados e sacolões municipais tinham uma maior prevalência de consumo regular de frutas e hortaliças ( $\geq 5$  vezes na semana).
- Utilizando os dados individuais e sobre o ambiente alimentar coletados como parte da tese de doutorado da Dra. Ana Clara Duran, o consumo de frutas e hortaliças e bebidas açucaradas foi associado às medidas do ambiente alimentar local - aquele próximo à residência. No caso, foi utilizando um raio de 1,6 km em torno da residência, ou seja, foram considerados todos os estabelecimentos avaliados (públicos e privados) que comercializassem alimentos nesta área.
- O consumo de frutas e hortaliças entre indivíduos de baixa renda vivendo em bairros com baixa densidade de supermercados, feiras-livres, mercados e sacolões municipais foi significativamente menor do que entre indivíduos de baixa renda, porém vivendo em áreas de alta densidade de supermercados, feiras-livres, mercados e sacolões municipais. As diferenças entre os mais ricos e os mais pobres desapareceram com o aumento do número de supermercados, feiras-livres, mercados e sacolões municipais em torno da residência.
- Após ajustes para medidas individuais de sexo, idade, educação e renda, o consumo de frutas e hortaliças foi 40% e 26% maior, respectivamente, entre residentes da cidade de São Paulo que tinham estabelecimentos que vendiam frutas e hortaliças próximos da sua residência (até 1,6 km).
- Aqueles participantes da pesquisa que viviam em áreas com maior quantidade e variedade de bebidas açucaradas (sucos e refrescos industrializados e refrigerantes) apresentaram uma prevalência de consumo regular destas bebidas ( $\geq 5$  vezes na semana) 15% maior.
- Menores preços de bebidas açucaradas em regiões mais pobres da cidade foram associados a seu maior consumo.

Considerando tais resultados, concluiu-se haver diferenças no acesso a alimentos saudáveis em São Paulo, favorecendo as regiões da cidade de níveis socioeconômicos médio e alto. Ademais, aspectos do ambiente alimentar foram associados ao consumo de frutas, hortaliças e bebidas açucaradas.

Políticas públicas e intervenções com o objetivo de diminuir as desigualdades de acesso da população a alimentos saudáveis devem considerar o impacto de aspectos do ambiente alimentar - localização de equipamentos públicos de comercialização de alimentos, assim como disponibilidade, preço, variedade e qualidade de alimentos saudáveis e não saudáveis sendo comercializados.

## 1.2 VULNERABILIDADE DE GRUPOS ESPECÍFICOS: POVOS INDÍGENAS, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS, PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, IDOSOS, MULHERES E CRIANÇAS.

As questões que envolvem a SAN e o DHAA pelas quais passam a população são decorrentes da realidade social multifacetada e estão relacionadas a diversos fatores como: a transição demográfica, epidemiológica e nutricional.

Em relação às áreas com maior desigualdade social, cujo nível de pobreza é alto, o cenário de doenças pode ser ainda pior. Além do agravamento da situação social, pela carência de renda, as doenças que prevalecem na população de baixa ou nenhuma renda estão relacionadas a insegurança alimentar, existem carências nutricionais pela falta de acesso regular à alimentação, quanto pelo excesso de consumo de alimentos inadequados, resultando no aumento da população com sobrepeso e obesidade e as doenças decorrentes dela.

Portanto, faz-se necessário identificar claramente esses grupos populacionais em situação de insegurança alimentar e priorizá-los na implementação de políticas públicas de soberania e segurança alimentar e nutricional.

### 1.2.1 Indicadores de SAN: vulnerabilidade de grupos específicos

- ✓ A insegurança alimentar grave, considerando o recorte por cor ou raça corresponde a 29,8% entre os pretos e pardos, enquanto que, entre os brancos, a proporção foi de 14,4%;
- ✓ A taxa de mortalidade infantil entre os povos indígenas continua 2,5 vezes maior em relação à população brasileira;
- ✓ A taxa de crianças indígenas menores de 5 anos que apresentam desnutrição crônica é 26% e desnutrição aguda é 15%;
- ✓ Entre as comunidades quilombolas, 18,7% das crianças menores de 5 anos apresentam desnutrição crônica e cerca de 6% desnutrição aguda.

Os números nos mostram que esses grupos específicos têm grande vulnerabilidade em relação aos outros. Em São Paulo existem comunidades indígenas de etnia guarani que se alocam especialmente na Zona Sul e Noroeste da cidade e necessitam de um olhar especial nesse sentido.

### 1.2.2 Fome, pobreza e desigualdade social

Apesar dos recentes avanços nas questões relacionadas à fome e à miséria, conquistados por intermédio da adoção de políticas públicas voltadas à Segurança Alimentar e Nutricional e ao acesso à renda, referendadas pela divulgação dos dados da FAO, segundo os quais o Brasil deixou de compor o Mapa Mundial da Fome, ainda persistem em nossa sociedade o problema da desigualdade social, miséria e conseqüentemente o flagelo da fome.

De acordo com estudos e levantamentos realizados, as desigualdades regionais na cidade de São Paulo ainda persistem. Essa desigualdade se expressa nas condições de habitação, renda, escolaridade, gênero, idade e estrutura familiar e na privação dessas variáveis. Os espaços onde persistem a vulnerabilidade social levadas em conta as variáveis adotadas são, mais uma vez, aqueles distribuídos pontualmente nos extremos das periferias sul e leste

A desigualdade social impacta diretamente no acesso dessas populações ao alimento, pois o baixo nível de renda compromete a capacidade de compra, principalmente, no que diz respeito aos alimentos saudáveis. Quanto menor a renda, maior a participação da despesa com alimentação, que chega até 27,8% para famílias com rendimento mensal de até R\$ 830,00.

### 1.2.3 Acesso aos alimentos por grupos vulneráveis: população em situação de rua, mulheres e idosos

Conforme apontado acima, a desigualdade social afeta a Segurança Alimentar e Nutricional de diferentes grupos sociais, no caso da população em situação de rua, a cidade de São Paulo concentra, atualmente, uma população, segundo Censo/FIPE 2015, de 15.905 moradores em situação de rua.

Entretanto, existem ações em curso para sanar ou ao menos minimizar essa situação na cidade, os serviços voltados para a população de rua por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, atualmente atendem um contingente de 13.377 pessoas, além dos restaurantes comunitários que ofertam 1300 refeições diárias. Para assegurar a empregabilidade é ofertado acesso aos cursos de Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Além disso, há atendimento diário oferecido pelos centros de acolhida, onde são ofertados serviços especializados e continuados às famílias e indivíduos nas diversas situações de violação de direitos na perspectiva de potencializar e fortalecer sua função protetiva.

No caso da população idosa, a cidade tem casos onde essa população tem renda para acesso aos alimentos, mas não possui condições físicas para se locomover. Isso acontece, geralmente porque o idoso envelhece sem condições de qualidade de vida, e compromete sua independência.

A falta de independência deste grupo social os compromete nas mais singelas situações, como por exemplo, dirigir-se à feira que pode estar próxima ou longe de sua residência, mas por motivos de doenças ou dificuldade física de se locomover não consegue realizar sozinho tal atividade. Uma iniciativa particular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social é o programa denominado “Serviço de Alimentação Domiciliar para Pessoa Idosa” que visa contribuir para a melhoria da qualidade de vida, e tem como objetivo a entrega de uma refeição diária de 2ª à 6ª feira.

As mulheres têm importante papel na produção de alimentos saudáveis. Elas são responsáveis, em grande parte, pela produção destinada ao autoconsumo familiar e pelas práticas agroecológicas, conservação e reprodução de sementes crioulas, garantindo qualidade de vida na família e na sociedade e manejo ambiental adequado às unidades de produção familiares. Contudo, as mulheres ainda acessam em menor número os recursos produtivos, serviços e créditos destinados à produção.

Analisando-se o indicador de segurança alimentar coletado por meio da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios PNAD 2013, percebe-se que a prevalência de insegurança moderada ou grave foi maior em domicílios cuja pessoa de referência era do sexo feminino: 6,9% dos domicílios cuja pessoa de referência era do sexo masculino e 9,3% quando era feminino. Essa prevalência se dá, entre outras razões, porque as mulheres em geral recebem salários menores, são responsabilizadas pelo trabalho doméstico, o

que provoca uma tensão entre o tempo de trabalho remunerado e o de cuidado, incluindo o preparo da alimentação, sem contar o tempo de mobilidade, sobretudo nas grandes cidades. Na ausência de divisão do trabalho doméstico e de serviços de apoio, como creches, restaurantes populares de qualidade e preço acessível, as mulheres, assim como outros segmentos sociais, são levadas ao uso de alimentos industrializados.

### 1.3 ACESSO UNIVERSAL À ÁGUA, CRISE HÍDRICA E IMPLICAÇÕES NA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DA POPULAÇÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO

O acesso à água de qualidade é um direito humano básico que necessita ser efetivado para toda a população, requer o uso sustentável da terra, a proteção dos mananciais, das beiras de nascentes e rios e das florestas. As mudanças climáticas acentuam as crises associadas à seca, à falta de água e às enchentes, como se tem verificado no período recente. Apesar do enorme avanço verificado nessa área nos últimos anos, ainda encontramos no país milhares de famílias com dificuldades para acessar água de qualidade todo dia.

Pesquisas revelam que cada brasileiro consome em média 165 litros de água por dia, enquanto a Organização Mundial da Saúde (OMS) indica que um volume de 50 a 100 litros por dia é o suficiente. Outro dado é que mais de 30% da água distribuída no Brasil é perdida em vazamentos ou desvios, fraudes e irregularidades.

São Paulo e várias cidades vizinhas que formam a maior região metropolitana do país estão sofrendo com a maior crise de falta d'água da sua história. Várias causas podem ser consideradas tais como: desmatamento, a ocupação desenfreada em área de mananciais, falta de planejamento de médio e longo prazo e mais recentemente a falta de chuvas nas cabeceiras de rios que abastecem o sistema Cantareira, que é o responsável sozinho pelo abastecimento de 9 milhões de habitantes na grande São Paulo, fato esse que evidenciou a fragilidade do sistema. Cerca de metade da água que abastece a região metropolitana de São Paulo vem da Bacia do Rio Piracicaba que fica na região de Campinas que também sofre os mesmos danos e as mesmas consequências.

É necessário, todavia, fortalecer a noção da água como bem público; fortalecimento das áreas de mananciais dos reservatórios públicos Guarapiranga e Billings, cujas áreas de mananciais cobrem cerca de

1/3 do Município de São Paulo; valorização das áreas ambientalmente protegidas, especialmente, as APAs Capivari-Monos e Bororé-Colônia; proteger as fontes de água; continuar a expandir as tecnologias sociais de acesso à água em todo o país, além do semiárido; garantir sua qualidade; e investir na recuperação e conservação dos cursos de água, mananciais e nascentes. Urge, portanto, o investimento em tecnologias sociais voltadas para uso produtivo da água na atividade agrícola familiar, indígena e tradicional, associada a uma política de assistência técnica com foco no uso de tecnologias sustentáveis, bem como implementar sistemas coletivos de abastecimento de água de pequeno porte nas regiões mais afetadas pela seca e universalizar o abastecimento de água e saneamento nas escolas e creches públicas e em outros equipamentos e serviços públicos coletivos associados à promoção da alimentação saudável, em todo seu percurso, ou seja, de toda produção do alimento (do campo à mesa).

#### 1.4 PROCESSOS PERMANENTES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL, DE PRESERVAÇÃO DE CONHECIMENTOS TRADICIONAIS, PESQUISA E FORMAÇÃO NA ÁREA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA

O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) é assegurado pela Constituição Federal de 1988 na sua emenda nº 64 de 2010, que inclui a alimentação como direito do cidadão. Em 2006, com a criação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) - Lei nº 11.346/2006, instituiu-se o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), sistema que busca promover a formulação da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), por meio de ações e programas integrados aos diferentes setores da sociedade, buscando garantir a alimentação suficiente e adequada para todos. A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) vem assegurar esse direito por meio de políticas públicas de âmbito nacional (CONSEA 2010).

A PNAN criada no ano de 1999 e atualizada pela Portaria nº 2.715, de 17 de novembro de 2011, tem como propósito a melhoria das condições de alimentação, nutrição e saúde da população brasileira, mediante a promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis, a vigilância alimentar e nutricional, a prevenção e o cuidado integral dos agravos relacionados à alimentação e nutrição (BRASIL 2012).

Considerando que um dos princípios da PNAN é o fortalecimento da autonomia dos indivíduos é necessário formular e implantar estratégias nacionais, locais e regionais efetivas para a diminuição da morbi-mortalidade relacionada à alimentação inadequada e ao sedentarismo de forma que garantam aos indivíduos a capacidade de fazer escolhas saudáveis em relação à alimentação e atividade física (BRASIL 2012).

O Guia Alimentar para a População Brasileira desenvolvido pelo Ministério da Saúde aborda os princípios e as recomendações de uma alimentação adequada e saudável para a população brasileira, devendo ser utilizado como instrumento de apoio às ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no Sistema Único de Saúde (SUS) e também em outros setores. Constitui também como uma das estratégias para implementação da diretriz de promoção da alimentação adequada e saudável que integra a PNAN (BRASIL 2014).

Em consonância, o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas, lançado em 2012 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, aborda que a “Educação Alimentar e Nutricional (EAN), no contexto da realização do DHAA e da garantia da SAN, é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional, que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. A prática da EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar”.

No contexto das políticas públicas, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) assegura o DHAA por meio da oferta de refeições que garantam as necessidades nutricionais dos alunos durante o período letivo e contemplem ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN). Além disso, esse direito é efetivado por meio do repasse de verbas do orçamento da União para Estados, Municípios, Distrito Federal e escolas federais via Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (BRASIL 2009).

A Resolução nº 26, do Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar (FNDE), de 17 de junho de 2013, em sua alínea III, do parágrafo 1º do artigo 12, estabelece ser de responsabilidade do nutricionista, desenvolver ações de educação alimentar e nutricional que devem permear o currículo escolar, de forma transversal. Como esta categoria profissional também é responsável pela alimentação dos alunos, desde a elaboração de editais de compra de alimentos, de cardápios, de análise da qualidade e execução de ações de EAN, esta última acaba muitas vezes ficando em segundo plano. Enfim, o desenvolvimento da educação alimentar e nutricional, deve ser organizado e planejado, por uma equipe multiprofissional, onde nutricionistas, comunidade escolar (diretores, coordenadores, professores, merendeiras, demais funcionários da escola), possam construir coletivamente o plano de ação. Além disso, é fundamental a inserção dos pais e da comunidade para que de fato, possam promover ações de acordo com as necessidades da região.

As ações de EAN são um momento pedagógico, rico e importantíssimo para a formação de hábitos alimentares saudáveis e prática da cidadania. Na grande maioria das vezes, apesar da determinação legal de incluir a educação alimentar e nutricional como tema a ser trabalhado pelos professores, isto não

acontece. A falta de compreensão de que a alimentação é um tema que norteia todo o desenvolvimento do aluno, do cognitivo, afetivo e social, além do desconhecimento do tema e a falta de estímulo no desenvolvimento de práticas ou estratégias pedagógicas dificultam a sua abordagem.

Segundo Cervato-Mancuso, et al, 2015, a educação alimentar e nutricional deve promover a socialização do conhecimento, visando a alimentação adequada e saudável, com o resgate do prazer cotidiano do ato de se alimentar, de preparar o alimento e perceber os sabores dos alimentos, estimulando desta forma a autonomia dos indivíduos, valorizando e respeitando as especificidades culturais e regionais dos diferentes grupos sociais e etnias na perspectiva da SAN e do DHAA.

Além disso, é importante implementar uma estratégia de educação permanente dos docentes do ensino infantil, fundamental e médio para que a alimentação, em suas distintas dimensões, inclusive a cultura alimentar, sejam incluídas transversalmente em diferentes disciplinas. A reformulação dos currículos de formação profissional também devem ser revistos para a garantia que as novas gerações atuem de maneira qualificada em programas de alimentação e nutrição.

É sabido, que a formação dos hábitos alimentares, se dá na primeira infância, dentro do convívio familiar. O primeiro passo para alimentação adequada e formação de bons hábitos alimentares é a amamentação e a introdução adequada dos alimentos .

No contexto escolar, a escola pode ser reconhecida como local de transmissão de conhecimentos, complementar à família. Há tempos, a família era a principal instituição responsável pela educação, pela formação de hábitos, porém, atualmente, o tempo de convívio, dos entes de uma mesma família, foi extremamente reduzido, não permitindo, para muitos segmentos da sociedade, ser o local de formação de hábitos. Com o início do convívio na escola, podemos considerar como espaço de inserção social, transição e adaptação de dois mundos: interno (família) com mundo externo (escola), local esse que contribui para consolidação dos hábitos, incluindo os alimentares.

É necessário considerar a formação dos hábitos alimentares numa abordagem sistêmica, considerando fatores internos e externos ao indivíduo , tais como: os fatores sociais, culturais, emocionais, religiosos, o acesso financeiro e geográfico ao alimento, a família, os amigos e o status do alimento criado pela mídia. Cabe salientar aqui, o papel atualmente relevante da mídia na formação do comportamento alimentar. A propaganda, o “exemplo” de ídolos midiáticos tem assumido este papel eficazmente, atendendo a interesses da indústria de alimentos, de agrotóxicos, e de medicamentos, causando enormes prejuízos para a saúde de grandes contingentes populacionais.

A formação, para diversos grupos, dos diferentes segmentos da sociedade (público- privado) é de fundamental importância no processo permanente de educação em segurança alimentar e nutricional e



Direito Humano à Alimentação Adequada dirigida aos gestores, profissionais de diversas áreas e conselheiros da sociedade civil, visando o desenvolvimento de capacidades para a formulação e implementação da política de segurança alimentar e nutricional e seus programas e ações.

No que diz respeito à pesquisa em SAN, o conhecimento que vem sendo produzido ao longo da história nesta área reflete, em parte, o diálogo entre as instituições acadêmicas e diferentes sujeitos, organizações e movimentos sociais, bem como a interação com as políticas públicas. No entanto, ainda é frágil e insuficiente a incorporação do tema na agenda de pesquisa das universidades e instituições de pesquisa brasileiras. Principalmente no que tange a criação e levantamento de indicadores da situação de segurança alimentar e nutricional em nível local.

Na cidade de São Paulo são realizadas diversas ações de EAN , pelas Secretarias da Saúde, Assistência Social, Educação, Trabalho e Empreendedorismo , Verde e Meio Ambiente, tanto de forma centralizada e descentralizada, porém algumas vezes ocorrem de forma desarticulada. O intuito é de ampliar e fortalecer as ações intersetorialmente.

É grande o desafio de consolidação desse processo permanente de formação e articulação entre os diversos setores. Neste âmbito ainda é necessário maior investimento na formação dos profissionais envolvidos, previsão de orçamento para as ações, de maneira a garantir continuidade e articulação com as iniciativas existentes tanto do poder público como das organizações da sociedade civil.

## 1.5 PERFIL ALIMENTAR E NUTRICIONAL: IMPLICAÇÕES NA SAÚDE

### 1.5.1 Perfil alimentar e nutricional: implicações na saúde da população Brasileira

A saúde e a alimentação adequada são direitos assegurados a todo cidadão pela Constituição Federal Brasileira. Nesse sentido, a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (Art. 3º da Lei de Segurança alimentar e Nutricional - 2006) . Este conceito está fortemente relacionado ao Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), que possui duas dimensões indivisíveis: (1) o direito de estar livre da fome e da má nutrição e (2) o direito a uma alimentação adequada e saudável

(CONSEA, 2010). Portanto, a SAN é capaz de garantir que as duas dimensões do DHAA sejam cumpridas (CONSEA, 2006).

Desde a década de 70, o Brasil vem passando por um processo de transformação do estado nutricional da população, denominado “transição nutricional”, com diminuição da desnutrição e aumento da obesidade (BRASIL, 1991). Foi observado também aumento da prevalência de outras doenças crônicas não transmissíveis.

O Ministério da Saúde, por meio da “Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico”(Vigitel), tem subsidiado as capitais no conhecimento dos principais determinantes de saúde. Os resultados referentes ao estado nutricional revelaram em 2014 que, apesar de os níveis de obesidade estarem estáveis (17,9%), o excesso de peso atinge mais da metade da população brasileira adulta (52,5%), enquanto que em 2006 a prevalência era de 43%. As pessoas com sobrepeso se caracterizam por serem do sexo masculino (56,5%), terem entre 45 e 64 anos (61,7%) e apresentarem menores níveis de escolaridade (58,9%) (Vigitel, 2015).

Em relação à prevalência de hipercolesterolemia, destacam-se altos índices entre as mulheres (22,2%) e pessoas entre 55 e 64 anos (35,5%), fato preocupante, uma vez que as doenças crônicas são responsáveis por 72% dos óbitos no país (Vigitel, 2015).

Por outro lado, os fatores preventivos do excesso de peso e da obesidade estão melhorando, como a realização rotineira de atividade física. Nos últimos 6 anos, o Vigitel apontou um aumento significativo de 18% nos níveis de atividade física entre os brasileiros, com destaque para os homens (42%) e pessoas com mais anos de escolaridade (47,8%). Entretanto, o fato de assistir à televisão excessivamente ainda é um fato alarmante, com 25% de prevalência, apesar da queda de 19,3% de 2006 para 2014 (Vigitel, 2015).

De acordo com a OMS, um pequeno conjunto de fatores de risco responde pela grande maioria das mortes por DCNT e por fração substancial da carga de doenças devido a essas enfermidades. Entre esses fatores, destacam-se o tabagismo, o consumo excessivo de bebidas alcoólicas, dietas inadequadas e a inatividade física (WHO, 2003). Crescimento da renda, industrialização e mecanização da produção, urbanização, maior acesso a alimentos em geral, incluindo os processados e globalização de hábitos não saudáveis produziram a rápida transição nutricional, expondo cada vez mais a população ao risco de doenças crônicas (Schmidt,2011).

A dieta dos brasileiros apresenta mais frutas e hortaliças, como marcadores da melhoria da alimentação, principalmente entre as mulheres (42,5% de consumo regular). O feijão ainda se configura como um dos principais alimentos no prato do brasileiro, estando presente na dieta de 66,1% da população. Contudo, doenças carenciais continuam existir, como a anemia ferropriva, cuja prevalência é de 22,6% para

crianças de até 59 meses e de 28,5% para as mulheres, onde temos como um grupo de risco os lactentes menores de 2 anos, pré escolares, escolares, mulheres adolescentes e gestantes (IBGE, PNDS, 2009), caracterizando-se como problema carencial de maior amplitude no Brasil.

Dentre os fatores de padrão alimentar não saudável relacionados ao aumento no risco de doenças crônicas não Transmissíveis (DCNT), está o consumo de sal, relacionados à hipertensão arterial, doenças cardiovasculares e doenças renais, entre outras.

O Ministério da Saúde alerta que 15,6% e 18,8% das pessoas relataram consumir sal em excesso e substituir o almoço e/ou jantar por lanches, respectivamente (Vigitel 2014).

Destaque para outro hábito de alimentação considerado não saudável é o consumo regular de refrigerante ou sucos artificiais em pelo menos cinco dias da semana. No Brasil, quase  $\frac{1}{4}$  (23,4%) das pessoas de 18 anos ou mais de idade consumiam regularmente refrigerantes, sendo o hábito mais frequente entre os homens (26,6%) do que entre as mulheres (20,5%). Na comparação por Grande Região, a menor proporção foi de 16,8%, na Região Nordeste, enquanto as maiores foram obtidas nas regiões Sudeste (26,8%) No Brasil, o percentual de pessoas que referiram esse hábito foi 21,7%, que diminuía com o avanço da idade e aumentava com o nível de escolaridade (IBGE, 2013).

Além disso, a região sudeste consome 4,27 Kg per capita de alimentos preparados e misturas industriais, ficando acima da média nacional 3,506 Kg (IBGE, 2008-2009).

### 1.5.2 Perfil alimentar e nutricional: implicações na saúde da população da cidade de São Paulo

A epidemia de obesidade que acomete o Brasil também se reflete na cidade de São Paulo, assim, o crescimento da prevalência de diabetes e hipertensão tem colaborado com o aumento das doenças crônicas não transmissíveis como cardiovasculares e câncer.

Em 2014, três milhões quatrocentos e setenta e seis mil (31,6%) óbitos foram causados por doenças do aparelho circulatório, 19,9% por neoplasias, 3,1% por diabetes e 2,7% por doenças hipertensivas (Tabnet SIM/SMS-SP, 2016).

Segundo dados do ISA-CAPITAL, foi observada uma tendência de aumento das prevalências de excesso de peso e obesidade, de 38% em 2003 para 49,7% na população de 12 anos e mais. Entre os adultos (20 a 59 anos) do sexo masculino a proporção em 2015 foi de 60,5% e entre as mulheres de 53,5%. A região

da zona Norte apresenta a maior taxa da cidade, com 53,9% da população com excesso de peso; a região Centro-Oeste tem menor incidência, com 41,4% (ISA-Capital 2015).

Para a hipertensão a Vigitel 2014 mostra que cerca de 22,9% dos adultos paulistanos apresentam esse diagnóstico, com 19,7% dos homens, e 25,8% das mulheres. No caso do diabetes, de acordo com o ISA - Capital 2015, a prevalência foi de 6,7% (Vigitel, 2015).

Um aspecto agravante é o fato desta população utilizar pouco os serviços de saúde e, neste caso, os programas de promoção a saúde relacionados à segurança alimentar e nutricional advindo de políticas intersetoriais devem estar presentes nos vários equipamentos públicos como as escolas (CEU, EMEI e EMEF), parques, clubes de comunidade, Centros de Referência de Assistência Social e da Segurança Alimentar e Nutricional. São espaços que podem colaborar com o combate às doenças que tem forte relação com os fatores de transição alimentar e modificar os resultados das situações de risco à saúde de crianças, adolescentes, jovens e adultos.

## 1.6 A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - EXPERIÊNCIAS E AÇÕES INSTITUCIONAIS EM CURSO NA CIDADE DE SÃO PAULO

A Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional da cidade de São Paulo - CAISAN-Municipal, em um processo de construção do Plano Municipal de SAN, buscou identificar as ações de Segurança Alimentar e Nutricional em curso pelas diferentes Secretarias da prefeitura. Esse levantamento preliminar apontou ações voltadas para a produção, acesso aos alimentos, educação alimentar e nutricional. O mapeamento das ações realizadas tem como objetivo aperfeiçoar as estratégias definidas na construção do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

A CAISAN-Municipal, implantada por meio do Decreto nº 55.868, de 23 de janeiro de 2015, é órgão de articulação entre as Secretarias que tem interface com a temática de SAN para a proposição e execução de políticas públicas. A CAISAN-Municipal é composta pelas seguintes secretarias municipais: Governo; Desenvolvimento Trabalho e Empreendedorismo; Saúde; Direitos Humanos e Cidadania; Coordenação de Subprefeituras; Verde e Meio Ambiente e Desenvolvimento e Assistência Social.

A Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social no âmbito de sua atuação desenvolve ações de segurança alimentar e nutricional. Dentre elas estão os serviços socioassistenciais conveniados através da oferta de alimentos e a educação alimentar e nutricional:

a) Oferta de Alimentos :

- refeições adequadas a todos os usuários dos serviços socioassistenciais conveniados. Dependendo da tipologia do serviço e do tempo de permanência do usuário é fornecida de uma a quatro refeições por dia: café da manhã, almoço, lanche da tarde e jantar;
- fornecimentos de cestas básicas como suporte alimentar às famílias e pessoas identificadas em situação de vulnerabilidade social, com impossibilidade temporária de suprir emergencialmente suas necessidades básicas;
- transferência de renda direta às famílias que tem por objetivo redução da pobreza e acesso aos serviços de saúde e educação por meio das condicionalidades e das ações e programas complementares que visam a melhoria da qualidade de vida das famílias.

b) Educação Alimentar e Nutricional:

- apoio técnico à supervisão dos serviços por meio de visitas técnicas e elaboração de material técnico como informativos e Manual de Nutrição;
- realização de capacitações, encontros e oficinas com a participação de técnicos supervisores da SMADS, gerentes e manipuladores dos serviços conveniados;
- participação na implantação de serviços novos com noções nutricionais, orientações sobre planejamento, elaboração e distribuição das refeições e legislação sanitária vigente.

A Secretaria Municipal de Educação no âmbito de sua atuação com alimentação escolar por meio da Coordenadoria de Alimentação Escolar - CODAE tem o Programa de Alimentação Escolar - PAE/SP para atender as necessidades alimentares dos alunos durante o período de permanência na escola, inclusive para as escolas de gestão indireta.

A alimentação dos alunos nas escolas municipais tem cardápios inovadores com ofertas de refeições de alimento proveniente da Agricultura Familiar como: arroz longo fino tipo 1 parboilizado integral e suco de laranja. Esta ação se deu por meio do Decreto Municipal nº 53.974 de 06 de junho de 2013 e consolida as ações da Coordenadoria no âmbito da Secretaria Municipal de Educação em absoluta congruência com os dispositivos federais em cooperação para o fomento da produção da Agricultura Familiar, privilegiando opções agroecológicas e orgânicas, nos termos da lei. Além disso, existem outros programas como o Leve

Leite que tem como objetivo a distribuição de leite em pó para os educandos, respeitados critérios de assiduidade nas aulas.

As ações de Educação Alimentar e Nutricional - EAN tem sido intensificada nas unidades educacionais com cursos desenvolvidos pelos nutricionistas da CODAE e parceiros , de forma a estimular o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida e a segurança alimentar e nutricional. Contudo é importante que o tema seja inserido no Projeto Político Pedagógico das Unidades educacionais, garantindo desta forma um maior aprofundamento do tema no âmbito escolar.

A Prefeitura do Município de São Paulo, por meio da Coordenadoria de Alimentação Escolar, tem acompanhado a evolução do Programa Nacional de Alimentação Escolar, buscando ao máximo atender todas as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 11.947/2009 (FNDE) e respectivas Resoluções.

A Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (SDTE) por intermédio da Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional, (COSAN) é responsável pelo abastecimento e pela Segurança Alimentar e Nutricional no município. Além disso, existe no município dois Centros de Referência de Segurança Alimentar e Nutricional - (CRESAN) que constituem-se como instrumento público comunitário para a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. É parte de uma estratégia que visa criar e manter uma rede de iniciativas voltadas à alimentação e nutrição, assegurando o direito humano à alimentação adequada. Com a atuação profissional dos técnicos oferecem aos cidadãos meios de acesso a alimentação e cursos e atividades de Educação Alimentar e Nutricional, (EAN). Além de estender estas atividades para os mercados e sacolões municipais.

O Centro de Referência em SAN é um espaço de vivência da cidadania e da participação social, representa no seu exercício princípios da intersetorialidade, articulando as diferentes áreas e setores do governo, e estes com a sociedade civil para identificar demandas e buscar ações propositivas de mobilização e de iniciativas relacionadas à Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. As atividades de EAN têm como objetivo fomentar a redução de desperdício de alimentos e promover a alimentação saudável.

A Secretaria de Saúde tem por finalidade realizar diagnóstico alimentar e nutricional da população, elaborar materiais de apoio pedagógico, criar campanhas de conscientização e promoção da alimentação saudável, educação alimentar e nutricional voltadas para a linha de cuidados do sobrepeso e obesidade e doenças crônicas. Aconteceram inúmeras ações de Saúde no âmbito escolar tais como:

- Programa Saúde na Escola (PSE), política intersetorial do Ministério da Educação e do Ministério da Saúde, foi instituído em 2007, por decreto presidencial. As políticas de educação e saúde voltadas às crianças, adolescentes, jovens e adultos da educação pública brasileira se unem para promover o desenvolvimento pleno desse público. A escola é um

espaço privilegiado para práticas de promoção de saúde e de prevenção de agravos à saúde e de doenças.

- Tem como objetivo articular intersetorialmente as redes públicas de saúde e de educação e das demais redes sociais para o desenvolvimento das ações do Programa Saúde na Escola (PSE), previsto na Portaria Interministerial nº 1.413/2013, com oferta de serviços num mesmo território.
- Campanhas de Imunização - Inúmeras ações de vigilância em saúde, coordenadas pela COVISA (Coordenação de Vigilância em Saúde), são norteadas pelas políticas públicas instituídas pelo Ministério da Saúde e em consonância com as diretrizes da Secretaria Municipal de Saúde.

A Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) por intermédio de suas coordenadorias tem como objetivo aprimorar a articulação e a gestão transversal das políticas públicas de direitos humanos e participação social na Prefeitura de São Paulo. Visa o fortalecimento dos direitos fundamentais, incluindo a desconstrução da cultura de violência e violações de direitos. Sua atuação principal na garantia dos direitos humanos é articular políticas públicas integradoras e intersetoriais.

Privilegiando a intersetorialidade, a SMDHC é articuladora de programas e ações descentralizadas e interdependentes. Suas Coordenadorias privilegiam o trabalho com públicos que apresentam alta vulnerabilidade social tais como: a população de rua, migrantes, LGBT, Crianças e Adolescentes, Juventude, Pessoa Idosa, entre outros.

Por fim, a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente tem a responsabilidade de fomentar boas práticas ambientais como cultivo de hortas comunitárias, compostagem, alimentação saudável e ações de educação ambiental na rede escolar, nos parques e em espaços e equipamentos públicos em geral. Também executa ações para proteger os maciços de Mata Atlântica e seus recursos naturais, especialmente hídricos, que sustentam a produção de alimentos saudáveis e fomento ao processo de transição agroecológica e adequação ambiental das propriedades rurais. Neste sentido, as políticas públicas de maior interface com a temática de Segurança Alimentar e Nutricional estão ancoradas na implantação do Programa de Agricultura Urbana e Periurbana (PROAURP), nos projetos subsidiados pelo Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (FEMA), na consolidação do primeiro Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional (CRSANS-BT), conforme Decreto 51.359/2010, atualmente denominado (CRESAN-BT), de acordo com o Decreto de transferência nº 56.776, de 21 de janeiro de 2016, e nas articulações locais das Áreas de Proteção Ambiental Municipais (APAs) Capivari-Monos e Bororé-Colônia.

Esse breve relato do mapeamento não esgota todas as ações que são desenvolvidas, mas serve para se ter um panorama de como tem se desenvolvido a SAN no município. Inclusive, a participação de outras secretarias que não foram elencadas aqui, como as secretarias de Governo, Direitos Humanos e Cidadania e

Coordenação de Subprefeituras, demonstraram terem na sua atuação em SAN uma participação articuladora e não de execução das ações, projetos e programas em Segurança Alimentar e Nutricional.

De qualquer forma, o mapeamento em questão, conforme apontado, tem um recorte específico do poder público municipal, mas a sociedade civil tem ações significativas e exitosas nessa temática e que precisam ser levantadas e tornadas públicas para a população. É preciso um diagnóstico nesse sentido. O levantamento e identificação dessas ações podem ser importante para a construção de novas ideias, ações e projetos.

#### 1.6.1 Institucionalidade e fortalecimento dos Componentes Municipais do SISAN

A partir de 2013, a Prefeitura de São Paulo, junto à sociedade civil, inicia um processo de institucionalização da Segurança Alimentar e Nutricional através da assinatura do PL 723/2013 que tornou-se a lei nº 15.920, de 18 de dezembro de 2013. Essa Lei prevê que o Município deve tomar as medidas necessárias para garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada e a Segurança Alimentar e Nutricional de sua população. Além disso, a Lei institui os componentes municipais do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, a saber: a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - CMSAN; o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo - COMUSAN-SP; e a Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN-Municipal.

A Conferência Municipal é a instância máxima desse Sistema, pois é desse momento de grande mobilização da sociedade que saem as prioridades e diretrizes da Política e do Plano Municipais de SAN.

O COMUSAN-SP é órgão de participação e controle social que tem por objetivo assessorar a Prefeitura nos assuntos relacionados à Segurança Alimentar e Nutricional, além de articular, acompanhar, monitorar e fiscalizar a implementação de ações e políticas públicas voltadas ao tema. Também tem um grande desafio que é tornar a SAN e o DHAA conhecidos pela população, bem como, mobilizar a sociedade em torno da garantia de ambos, pois a participação social é um dos aspectos estruturantes na construção do SISAN. A sociedade civil sempre foi atuante e protagonista nos momentos históricos e políticos da organização das ações em SAN.

Em meados de 2014, a Prefeitura de São Paulo convoca a sociedade civil para a formação de uma Comissão Provisória de Reestruturação para que sejam elaboradas as minutas de reestruturação do Conselho de acordo com o previsto na Lei acima citada e de regulamentação da CAISAN-Municipal. Após intenso debate em um processo de meses de trabalho com os envolvidos, no início de 2015 foram publicados os



decretos nº 55.867 e nº 55.868, ambos de 23 de janeiro de 2015 que cumprem, respectivamente, as funções acima citadas.

Após a publicação do decreto de reestruturação do COMUSAN-SP, iniciou-se um processo de eleição de entidades, associações, redes e movimentos, garantindo ampla participação de diversos setores e segmentos que compõem a sociedade, que culminou com a composição da VI Gestão do COMUSAN-SP para o biênio de 2015/2017.

A CAISAN-Municipal é órgão de articulação entre as Secretarias que têm interface com a temática de SAN para a proposição e execução de políticas públicas nesse sentido.

A CAISAN-Municipal teve sua composição garantida pelas secretarias envolvidas por meio de indicação de assessores técnicos com o objetivo de darem andamento aos trabalhos e à construção, após a realização da Conferência e com interlocução direta com o COMUSAN-SP, da Política e do Plano Municipais de SAN.

A Conferência aconteceu em 2015 e teve o seguinte lema: “Comida de verdade no campo e na cidade: por direito e soberania alimentar”. Conforme mencionado anteriormente, foi momento de mobilização da sociedade no intuito de buscar subsídios, prioridades e diretrizes na construção da Política e do Plano de SAN.

A Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional instituída pelo Decreto Nº 57.007, de 20 de maio de 2016, é o norte que guiará toda a construção da SAN no município e o Plano no que concerne aos eixos temáticos e diretrizes julgados necessários à realidade local. O Plano dá providências de como essa Política será colocada em prática, em execução, inclusive com as fontes orçamentárias e dispositivos de monitoramento.

A Segurança Alimentar e Nutricional e todo seu arcabouço institucional é relativamente recente na cidade de São Paulo e precisa ser constantemente impulsionada para que as ações sejam mais efetivas. Cabendo ao Poder Público e a Sociedade Civil pensar nos mecanismos e ações podem ser feitas com o intuito de fortalecimento dessas instâncias e do Sistema em nível local.

## CAPÍTULO 2

### 2. PRINCÍPIOS, ESTRATÉGIAS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA A CONSTRUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DA CIDADE DE SÃO PAULO - PLAMSAN/SP

O processo de elaboração do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional da cidade de São Paulo- PLAMSAN teve seu início em abril de 2015 com as Pré Conferências e foi pautado em princípios que motivaram as escolhas pelas estratégias e procedimentos metodológicos utilizados.

#### 2.1 Princípios

##### 2.1.1 Intersetorialidade

O princípio da Intersetorialidade, expresso na natureza do SISAN, é aqui entendido como essencial à efetiva implantação da Política de SANS e a garantia do DHAA pela articulação das Políticas, Planos e Programas, das áreas afins.

O exercício da Intersetorialidade pressupõe uma ação conjunta que propicie a otimização de saberes, competências e relações entre os diferentes setores e segmentos, do Poder Público e da Sociedade Civil, com a finalidade de promover da interação à integração das Políticas, Planos e Programas, das áreas afins, respeitando as atribuições de cada um, durante o processo de construção e efetivação da Política Pública de SANS.

O trabalho intersetorial supõe diálogo, sinergia, responsabilidade e esforços entre os atores envolvidos na busca por resultados integrados e, portanto, exige que a relação entre Estado e Estado, Estado e Cidadão seja de inserção no processo de discussão, planejamento e operacionalização das ações, para desenvolvimento dos programas e projetos até o nível local. Dessa forma, possibilita, ao superar a prática de ações sobrepostas ou fragmentárias, potencializar e otimizar os recursos existentes.

A Intersetorialidade é compreendida como uma articulação estratégica voltada à convergência de iniciativas e integração de recursos gerenciais, financeiros e humanos com o objetivo de organizar de maneira mais colaborativa, articulada e flexível o padrão tradicionalmente fragmentado das estruturas burocráticas institucionais públicas.

### 2.1.2 Soberania Alimentar

O princípio da Soberania Alimentar considera que ser soberano é produzir e comercializar comida, vinculada à cultura e ao modo de vida do povo, e de seu território. Pressupõe que, para ser livre, um povo precisa ser soberano - e essa soberania é determinada pela alimentação - que promove a saúde e garante a vida. Representa o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que garantam o direito à alimentação a toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses de produção, de comercialização e de gestão, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental.

A Soberania Alimentar somente será possível se acontecer em paralelo com a soberania política dos povos que precisam ter condições políticas para exercer a autonomia dos seus territórios e sobre o Estado, para que este possa aplicar políticas que gerem autonomia na produção de alimentos.

Portanto se faz necessária a incorporação à política de Estado os princípios da soberania alimentar e da garantia do direito humano à alimentação adequada, promovendo a equidade, no acesso à alimentação saudável, e a sustentabilidade, na criação e estabelecimento de instrumentos que proporcionem às gerações futuras continuidade das ações que garantam a qualidade de vida e a emancipação da população, tendo como condição fundamental o acesso à água.

### 2.1.3 Participação e Controle Social

O princípio da Participação e Controle Social pressupõe que haja participação social na formulação, implementação e monitoramento com garantia de participação da sociedade civil, e a criação de mecanismos de controle social como base para sua concretização.

Faz parte desse princípio a integração pelo envolvimento dos atores públicos e sociais, articulação e diálogo permanente das três esferas de governo (federal, estadual e municipal) com as organizações sociais, estabelecendo papéis, atribuições e co-responsabilidade.

Deve ser entendido enquanto objetivo e fundamento para escolha e desenvolvimento de estratégias e procedimentos metodológicos em todo o processo de elaboração do PLAMSAN do levantamento de demandas à avaliação periódica e final.

O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMUSAN/SP, órgão de participação social ligados às questões de SAN, foi criado na I Conferência Municipal de Segurança Alimentar de São Paulo, em 2001, e tornado oficial pelo Decreto nº 42.862, de 13 de fevereiro 2003; passou por atualização

estrutural em 2008; em 2013 passou a constar na Lei nº 15.920/2013; em 2015 foi estruturado pelo Decreto nº 55.867/2015.

O Conselho é um espaço que permite o diálogo e estimula a organização da sociedade, por meio da integração de 3 setores: representantes do poder público, sociedade civil organizada e instituições ou entidades que atuam com Segurança Alimentar e Nutricional, como: igrejas, sindicatos, cooperativas, Ong's, entre outras.

O COMUSAN-SP tem caráter consultivo, suas atividades envolvem:

- Proposição, acompanhamento e fiscalização das ações do governo municipal nas áreas de segurança alimentar e nutricional;
- Articulação de áreas do governo municipal com as organizações da sociedade civil para a implementação de ações voltadas ao combate das causas da miséria e da fome, no âmbito do Município.
- Incentivo de parcerias de caráter regional que garantam mobilização dos setores envolvidos e racionalização do uso dos recursos disponíveis;
- Cooperação na formulação do plano municipal de segurança alimentar e nutricional, entre outros.

#### 2.1.4 Descentralização administrativa e política no âmbito da implementação de políticas públicas.

A descentralização administrativa e política é fundamental à implementação de políticas públicas sendo considerada como um princípio sem o qual elas não se concretizam. É essencial que haja distribuição de competências e implantação de ações gerais e específicas pela garantia da universalização das políticas públicas em toda a abrangência do município.

São Paulo, sendo uma cidade bastante populosa e extensa que apresenta territórios com realidades e demandas bastante diversas, exige uma proposta de descentralização administrativa e política para que as ações tenham foco na realidade local e haja maior transparência, eficiência e eficácia na gestão pública.

É necessário para tal: constituírem-se instâncias regionais de administração direta com âmbito intersetorial e territorial; instituir mecanismos que democratizem a gestão pública para fortalecer as formas participativas que existam em âmbito regional; planejar, controlar e executar os sistemas locais, para implementar as políticas, diretrizes e programas fixados pela instância central da administração; induzir o desenvolvimento local, implementando políticas públicas a partir das vocações regionais e dos interesses manifestos pela população; facilitar a articulação intersetorial dos diversos segmentos e serviços da Administração Municipal que operam em cada região.

## 2.2 Estratégias e Procedimentos Metodológicos

O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional da cidade de São Paulo, entendido como peça essencial à efetivação da Política Pública de Segurança Alimentar e Nutricional, resulta de rico processo de pactuação intersetorial no qual várias Secretarias Municipais e seus departamentos e coordenadorias foram envolvidas e contou com ampla participação social. O processo foi conduzido pelos componentes municipais do SISAN, com cada uma das suas instâncias cumprindo as suas responsabilidades legais. A 6ª Conferência Municipal de SAN discutiu a Segurança Alimentar e Nutricional no Município e elaborou 78 propostas sobre os mais variados temas e elaborou a Carta Política do evento.

O COMUSAN, a partir dos resultados da 6ª Conferência, indicou as diretrizes e prioridades da Política de Segurança Alimentar e Nutricional e do Plano, e faz o controle social e a CAISAN-Municipal, presidida pela Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo, foi a responsável pela coordenação e elaboração deste Plano.

A participação social, desde o início do processo, foi tida como determinante para conferir legitimidade e qualidade ao PLAMSAN. Sendo garantida pela participação ativa do COMUSAN-SP em todoo processo. O COMUSAN-SP participou das reuniões da CAISAN-Municipal com o principal objetivo de auxiliar na construção da metodologia do PLAMSAN e dos conteúdos primordiais, assim como levar os resultados e decisões obtidas para todos os conselheiros. Também foi fundamental na condução do diagnóstico participativo, na participação das reuniões intersetoriais, nas discussões realizadas nas suas plenárias, na mobilização para a realização da consulta pública e na apreciação da sua minuta final.

Além de seguir as orientações metodológicas da CAISAN-Nacional, previstas no Guia para a Construção de Planos de SAN, o PLAMSAN da cidade de São Paulo, se debruçou bastante sobre a complexidade do Município: pelo fato de ser uma metrópole e de sua relação com as demais cidades que compõem a Região Metropolitana; o fato de ser dividida em Subprefeituras e cada sub assemelhar-se a uma cidade média em dimensão, população e problemas a serem enfrentados e toda a problemática da gestão descentralizada; e a falta de dados sobre SAN no município. Todos configurando desafios para Política e Plano Municipais de São Paulo.

A 6ª Conferência Municipal de SAN, realizada em meados de 2015, foi precedida de 7 Pré-Conferências Macrorregionais, compreendendo a divisão regional da cidade (Centro, Leste, Oeste, Norte e Sul) e subdivisões nas duas regiões mais populosas (Leste e Sul), que formularam e votaram propostas para a etapa Municipal. Na etapa Municipal, todas as propostas elaboradas em nível local foram rediscutidas e reelaboradas (quando necessário) e votadas para comporem o Relatório Final. No Relatório Final ficou

bastante evidente que as prioridades do município estão focadas no que segue: Produção e Abastecimento; Educação Alimentar e Nutricional; Acesso à Alimentação Saudável; entre outros.

Partindo do Relatório Final da Conferência, o COMUSAN-SP elaborou as diretrizes da Política Municipal de SAN, que balizaram toda a construção do PLAMSAN.

Como um dos primeiros esforços da CAISAN-Municipal, foi proposto o levantamento das ações que têm interface com Segurança Alimentar e Nutricional de cada uma das Secretarias que compõe a Câmara, com o principal objetivo de se ter mapeado o que a prefeitura de São Paulo realiza na temática, iniciando, assim, um diagnóstico das ações.

A partir das propostas saídas das Conferências, do levantamento feito pelas Secretarias e das diretrizes elaboradas pelo COMUSAN-SP, a CAISAN-Municipal iniciou a construção do diagnóstico da Segurança Alimentar e Nutricional, que compõem os tópicos da contextualização, nos quais são apresentados e problematizados dados sobre SAN.

A CAISAN-Municipal, diante de todo esse material, ficou incumbida de organizar esses diagnósticos e contribuições na efetivação da construção do Plano. Os textos que trazem os dados foram elaborados com os levantamentos de informações de cada Secretaria e seus variados setores. A partir disso, a CAISAN-Municipal elaborou os objetivos de cada diretriz, as estratégias e as respectivas metas. Posteriormente cada Secretaria discutiu com sua equipe a viabilidade das proposições e a definição das metas, levando em consideração o que está previsto no orçamento de 2016 e 2017 e novas propostas a serem incluídas no PPA 2018-2021 do município de São Paulo.

Após a conclusão da primeira versão da minuta do Plano, esta foi apresentada ao COMUSAN-SP e foi, oficialmente, aberta a Consulta Pública ao Plano por meio de meio eletrônico e solicitada mobilização de vários setores da sociedade nesse sentido. Depois da Consulta Pública, foram avaliadas a viabilidade das propostas apresentadas e aquelas aprovadas foram incorporadas ao Plano.

O Plano Municipal de SAN foi construído enquanto as ações do PPA já estavam previstas e em andamento, dessa forma, as ações foram cotejadas no que estava previsto de orçamento para o ano de 2016, bem como, a discussão e previsão das ações que ficariam previstas para o orçamento de 2017. As demais ações, com previsão de longo prazo e que não estavam previstas no PPA, farão parte das discussões do PPA 2018-2021 e deverão estar nele contidas.

## CAPÍTULO 3

### 3. DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

#### 3.1 Gestão Descentralizada

Repensar a forma de administrar uma metrópole como São Paulo, centralizada no gabinete do Prefeito e setorizada em Secretarias, é um desafio. É necessário que se pense na dimensão populacional e territorial a partir da diversidade de cada região existente e suas demandas.

A Lei Municipal nº 13.999, promulgada em 2002 dispõe sobre a criação, estrutura e atribuições das Subprefeituras no Município de São Paulo, estabelece procedimentos para sua implantação e prevê a transferência gradual de órgãos e funções da Administração Direta Municipal tais como:

I - constituir-se em instância regional de administração direta com âmbito intersetorial e territorial;

II - instituir mecanismos que democratizem a gestão pública e fortalecer as formas participativas que existam em âmbito regional;

III - planejar, controlar e executar os sistemas locais, obedecidas as políticas, diretrizes e programas fixados pela instância central da administração;

IV - coordenar o Plano Regional e Plano de Bairro, Distrital ou equivalente, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Plano Estratégico da Cidade;

V - compor com Subprefeituras vizinhas, instâncias intermediárias de planejamento e gestão, nos casos em que o tema, ou o serviço em causa, exijam tratamento para além dos limites territoriais de uma Subprefeitura;

VI - estabelecer formas articuladas de ação, planejamento e gestão com as Subprefeituras e Municípios limítrofes a partir das diretrizes governamentais para a política municipal de relações metropolitanas;

VII - atuar como indutoras do desenvolvimento local, implementando políticas públicas a partir das vocações regionais e dos interesses manifestos pela população;

VIII - ampliar a oferta, agilizar e melhorar a qualidade dos serviços locais, a partir das diretrizes centrais;

IX - facilitar o acesso e imprimir transparência aos serviços públicos, tornando-os mais próximos dos cidadãos;

X - facilitar a articulação intersetorial dos diversos segmentos e serviços da Administração Municipal que operam na região.

Entre 2005 e 2012, essa perspectiva não foi estimulada retornando as Subprefeituras a uma condição muito mais de zeladorias do que de articuladoras regionais.

A partir de 2013, há um esforço para que as atribuições das Subprefeituras, em conformidade a Lei 13.999, sejam retomadas e que as Políticas sejam estabelecidas em nível local. Esse é um trabalho complexo que demanda tempo e mecanismos como: a criação dos Conselhos Participativos no nível das subprefeituras - com o objetivo discutir as problemáticas locais, propor ações, programas, projetos e acompanhar a sua execução; e o Ciclo de Orçamento Participativo - uma forma descentralizada que envolve os Conselhos Temáticos e Regionais na elaboração dos instrumentos de planejamento e orçamento da Prefeitura do Município de São Paulo.

A gestão descentralizada para se efetivar depende da mudança de uma visão setorial para uma visão intersetorial e integrativa como são na origem as demandas da população. A discussão da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional permitiu que essa lacuna ficasse bastante evidente, pois há sempre o questionamento “O que é uma Política de SAN em nível local?”, “Em que consiste a SAN nas subprefeituras?”, entre outras.

A natureza intersetorial do SISAN é um dos grandes valores e também um dos maiores desafios para sua implementação. A complexidade de articular uma agenda de programas, projetos e ações que gerem convergências inter e intrasetoriais para a concretude do DHAA demanda uma perspectiva de diálogo e articulação permanentes entre diferentes setores e sistemas.

Para que o SISAN se efetive é necessário mais do que a implementação individual de cada programa ou ação que compõe a Política Municipal Nacional de SAN. O SISAN depende de um arranjo institucional que incorpore as dimensões da SAN às práticas realizadas nos diferentes setores que a compõem como o desenvolvimento urbano agrário, agricultura urbana, periurbana e rural, abastecimento, saúde, educação, assistência social e meio ambiente, entre outras.



Por isso é imprescindível que existam espaços de diálogo, como os CONSEAs e CAISANs, para que todas as suas dimensões possam ser articuladas na perspectiva do enfrentamento dos conflitos de interesse que dificultam o cumprimento do DHAA.

Por ser um novo modelo de trabalho, o processo de discussão e encontros entre os envolvidos deve ser permanente, para que possa desconstruir e construir um novo olhar de participação de todos.

### 3.2 Dados e Indicadores de SAN

Outro gargalo observado na produção do PLAMSAN é a questão da falta de dados sobre Segurança Alimentar e Nutricional em nível municipal. Geralmente os dados referem-se a grandes regiões e podem não refletir a realidade da cidade. Os dados para a construção do PLAMSAN foram retirados de estudos do IBGE, que refletem a realidade da região sudeste no que diz respeito ao consumo alimentar, orçamento familiar, constantes na Pesquisa de Orçamento Familiar.

Com relação aos dados sobre saúde (obesidade, hipertensão, etc.) foi utilizado o Inquérito de Saúde da Capital - ISA Capital que investiga diferentes aspectos relacionados ao estado de saúde e utilização de serviços de saúde, sendo importante sua utilização para o planejamento e ações previstas no PLAMSAN.

Sendo assim, há necessidade de se pensar a produção e sistematização de dados sobre os mais variados aspectos da Segurança Alimentar e Nutricional no município, tais como: produção, doenças relacionadas à má alimentação, acesso a alimentos saudáveis, etc.

#### 4. DIRETRIZES, OBJETIVOS E AÇÕES DO PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

##### DIRETRIZ 1: PROMOÇÃO DO ACESSO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL E ÁGUA, COM PRIORIDADE PARA AS FAMÍLIAS E PESSOAS EM SITUAÇÃO DE INSAN

Objetivo 1.1 Assegurar melhores condições socioeconômicas às famílias pobres e, sobretudo, extremamente pobres, por meio de transferência direta de renda e reforço ao acesso aos direitos sociais básicos.

##### Ações e Metas:

AÇÃO	OBJETIVO	META	ATIVIDADES ESTRATÉGICAS	INDICADORES DE RESULTADOS	RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	PRAZO	FONTE
Programa Operação Trabalho - POT	Conceder atenção especial ao trabalhador desempregado, visando estimulá-lo à busca de ocupação, bem como o seu retorno ao mercado de trabalho.	3.000 beneficiários + 500 De Braços Abertos	- selecionar projetos de formação sócio-ocupacional para reinserção produtiva; - prioridade para projeto sociais voltados para os grupos trans, pop rua, jovens em situação vulnerabilidade - conceder bolsa auxílio aos participantes dos projetos formativos para participantes com perfil estabelecido pelo Programa Operação Trabalho, para trabalharem, prioritariamente, em projetos e equipamentos da Prefeitura de São Paulo.	- nº de projetos selecionados - nº/porcentagem de beneficiários  -nº de projetos recebidos e não contemplados	SDTE	-SMG -SMADS -SMS -SMDHC -SMSP -SES -COSAN	Permanente	00

Programa Bolsa Trabalho	Estimular a inserção socioeconômica, valorizar as vocações ocupacionais, desenvolver a formação, a experimentação e a habilitação profissional no local de trabalho, bem como facilitar a reinserção na vida escolar e a continuidade dos estudos de jovens em situação de vulnerabilidade social.	750 Beneficiários	<ul style="list-style-type: none"> <li>- incentivar elevação de escolaridade para jovens de 16 a 29 anos;</li> <li>- retardar a entrada no mercado de trabalho dessa população;</li> <li>- proporcionar estágios formativos</li> <li>- oferecer cursos de qualificação sócio-ocupacional abrangendo economia popular e solidaria e empreendedorismo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- nº/percentual de beneficiários</li> <li>- nº de projetos</li> <li>- nº de participantes empregados ao término do curso</li> <li>- nº de participantes que se empregam enquanto cursam.</li> </ul>	SDTE	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Parceiros institucionais (Coordenação da Juventude da SMCHC)</li> <li>- Parceiros não governamentais (Instituto CRIAR e Cursinhos Populares)</li> </ul>	Permanente	00
Programas de Transferência de Renda	Propiciar a redução imediata da pobreza com acesso a serviços básicos como educação, saúde e assistência social	501.000 famílias por mês	Cadastramento, monitoramento e acompanhamento das famílias em ocorrência de descumprimento de condicionalidades	Viabilizar o acesso ao cadastro das famílias com perfil para os programas de transferência de renda	SMADS	Governo Federal; CRAS, CREAS e Centros Pop	Permanente	00 02
Programa Transcidadania	Promover conjunto de Ações e de integração social e econômica para travestis e transexuais.	100 bolsas	Articulação com as secretarias que fazem interface: SMADS, SDTE, SMS, SMC Levantamento de demandas; Cadastro e; Análise situacional do público LGBT;	<ul style="list-style-type: none"> <li>- nº de bolsas concedidas</li> <li>- nível de escolaridade atingido</li> <li>- nº de desistências</li> </ul>	SMDHC	SDTE SMS SMC	2016	00

PRONATEC e Empregabilidade POPrua	Ofertar cursos de educação profissional e técnico voltados à inclusão no mercado de trabalho.	31 Turmas	Levantamento de demandas; Inscrições e seleção dos inscritos conforme critérios;	-nº de turmas formadas -nº de inscritos -nº de formados -nº de inseridos no mercado de trabalho	SMDHC	SMADS; SDTE;	2016	02
Centro de Referência e Acolhida para o Imigrante (CRAI)	Promover o acesso a direitos e a inclusão social, cultural e econômica dos imigrantes na cidade de São Paulo.	1.800 atendimentos	Atendimento e Acolhimento especializado aos imigrantes; Oferta de cursos e oficinas e serviço de acolhimento;	-nº de atendimentos -nº de procura e nº de atendimentos não efetivados (identificar motivos principais)	SMDHC	SMADS; SME; SMS; SDTE; SMC;	2016	00
PRONATEC IMIGRANTES	Ofertar cursos de língua Portuguesa para imigrantes.	Conforme demanda	Levantamento de demandas; Inscrições e seleção dos inscritos conforme os critérios;	- nº de procura e nº de efetivação do curso (alcance do atendimento) - principais motivos para o não atendimento -avaliação do curso pelos alunos	SMDHC	SMADS; SME; SMS; SDTE; SMC;	2016	00

**Objetivo 1.2: Ampliar as condições de acesso à alimentação adequada e saudável e água para famílias mais vulneráveis e em situação de Insegurança Alimentar e Nutricional, por meio do provimento de refeições e alimentos em equipamentos públicos de alimentação e nutrição e da distribuição de alimentos a grupos populacionais específicos.**

AÇÃO	OBJETIVO	META	ATIVIDADES ESTRATÉGICAS	INDICADORES DE RESULTADOS	RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	PRAZO	FONTE
Programa Banco Municipal de Alimentos	1. Renovar o Programa de Aquisição de Alimentos.; 2. Promover ações educativas de produção de consumo, aquisição dos alimentos, utilização	2. Ampliar o número de atendimento de famílias beneficiárias, conforme o aumento do repasse.	Busca ativa de Entidades Socioassistenciais; Cadastro de Entidades; Realizar avaliação do estado nutricional de amostras de famílias beneficiárias; Doações; Planejamento de ações educativas e/ formativa de grupos produtivos.	- nº de entidades cadastradas - toneladas doadas - nº de entidades beneficiadas - nº de formações oferecidas para entidades - amostragem para avaliação dos benefícios aos beneficiários	SDTE	SMADS SMDHC	Anual	02
Rede Metropolitana de Bancos de Alimentos	Consolidar, juntamente com as cidades envolvidas, o funcionamento da Rede.	- Ampliar o número de cidades participantes - Concluir as especificações do funcionamento e o Plano de Trabalho da Rede.	-articulação com as cidades - reuniões de trabalho	-nº de cidades -nº de atividades - nº de doações - toneladas doadas -nº de beneficiados	SDTE	Cidades da Região Metropolitana de São Paulo SMRIF	2017	Não se aplica
Serviços Socioassistenciais	Atender à população vulnerável com oferta de alimentação saudável e segura segundo a faixa etária e tempo de permanência nos serviços	Todos os usuários da Assistência Social:  (meta diária) -crianças, adolescentes e jovens: 111.716 -idosos: 14.542  -família/ adulto: 67.375	Repasse mensal  -Recursos humanos  -Estabelecimento de esquema alimentar comum  -Definição de frequência e per capita dos alimentos  -Monitoramento através da	-nº de pessoas atendidas	SMADS	-Organizações Sociais conveniadas  -SAS	Permanente	00

		-população de rua: 13.377  -restaurante comunitário: 1300 refeições diárias;	supervisão técnica  -Atividades socioeducativas					
Cesta Básica	Proporcionar suporte alimentar às famílias de pessoas em vulnerabilidade social com impossibilidade temporária.	5000 unidades por mês	Avaliação Técnica	Viabilizar a oferta alimentar a 100% das pessoas identificadas sem acesso à alimentação	SMADS	CRAS, CREAS e Centros Pop	Permanente	00
Equipar as cozinhas das escolas.	Equipar as escolas com equipamentos necessários e suficientes para assegurar a qualidade e a diversificação na forma de preparo e propiciar um melhor controle no recebimento dos alimentos.	Atingir 100% das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino equipadas de acordo com a necessidade de cada unidade.	- Realizar o levantamento dos equipamentos necessários.  - Inserir a obrigatoriedade destes equipamentos nos Editais de Pregão de Contratação das Empresas Terceirizadas.  - Orientação para que as unidades diretas e conveniadas adquiram os equipamentos - propiciar ambiente para troca de experiências e aprendizagem entre as merendeiras	- Todas as unidades equipadas - Diversificação no modo de preparo dos alimentos e na sua apresentação	SME	CAISAN	2018- 2021	00

<p>Avaliação do Programa Leve Leite (PLL)</p>	<p>Avaliar a alimentação suplementar oferecida pelo Programa Leve Leite</p>	<p>Maior abrangência do Estudo de Avaliação</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Rever o Decreto nº 35.458 de 31/08/1995, regulamentado pela Portaria nº 942 de 03/02/2015 e avaliar se os objetivos estão sendo alcançados.</li> <li>- Publicação de novo Documento com as adequações e atualizações, caso sejam necessárias.</li> <li>- Necessidade de formação de um Grupo de Trabalho da CODAE para formatar o estudo de avaliação e demais atividades vinculadas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Interferência do PLL no combate a desnutrição da população infantil e na diminuição do índice de evasão escolar.</li> <li>- Avaliar a necessidade do PLL conforme critérios pré-estabelecidos.</li> </ul>	<p>SME</p>	<p>SMS e outras instituições como Prodam e Universidades.</p>	<p>Até 2021 (depende de parcerias)</p>	<p>00</p>
---	---	---	---	--	------------	---	--	-----------

**Objetivo 1.3: Fomentar e regularizar microempreendedores para a garantia de trabalho e renda e oferta de alimentos saudáveis**

**Ações e Metas:**

AÇÃO	OBJETIVO	META	ATIVIDADES ESTRATÉGICAS	INDICADORES DE RESULTADOS	RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	PRAZO	FONTE
Empreendedorismo SAN	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover palestras, debates e oficinas sobre Empreendedorismo</li> <li>- Promover seminário e encontro de empreendedores nas subprefeituras</li> </ul>	01 palestra, debate, oficina, seminário e/ou encontro de empreendedores a cada 02 meses	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Divulgação dos eventos por meio do site da SDTE e outros meios disponíveis</li> <li>- Articular parcerias para capacitação de empreendedores</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Quantidade de inscritos nos eventos por meio do site da SDTE, central 156 e Agências de Desenvolvimento São Paulo</li> <li>- Listas de presença</li> <li>- avaliação das oficinas pelos participantes</li> <li>- ranking de palestras e oficinas desejadas</li> </ul>	SDTE	<ul style="list-style-type: none"> <li>- CDE SEBRAE</li> <li>- Instituições de Ensino</li> <li>- ONGs</li> <li>- Associações</li> <li>- Caixa Crescer</li> <li>- ADESampa</li> </ul>	2017	00
Microempreendedor Individual - MEI	Realizar palestras e oficinas sobre Microempreendedor Individual	01 curso/palestra a cada 02 meses	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Divulgação dos cursos/palestras por meio do site da SDTE e outros meios disponíveis</li> <li>- Articular ações integradas no âmbito da Administração Municipal, além de parcerias, visando à efetiva implantação dos instrumentos para alimentação saudável.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Quantidade de inscritos nos eventos por meio do site da SDTE, central 156 e Agências de Desenvolvimento São Paulo</li> <li>- Listas de presença</li> <li>-avaliação das oficinas pelos participantes</li> </ul>	SDTE	<ul style="list-style-type: none"> <li>-CDE</li> <li>-Ministério da Previdência Social</li> <li>- COVISA</li> <li>- SEBRAE</li> <li>- Instituições de Ensino</li> <li>- Adesampa</li> <li>- ONGs</li> <li>- Associações</li> </ul>	2017	00
Economia Solidária	<ul style="list-style-type: none"> <li>- incubar, assessorar e formar grupos e empreendimentos coletivos ligados a agricultura familiar e orgânica (prioritariamente cooperativas e índios da Zona Sul e hortas urbanas</li> </ul>	- formação de 1 incubadora de agricultura familiar com realização de 2 eventos no prazo estabelecido	<ul style="list-style-type: none"> <li>- integração destes grupos na rede de alimentação e cadeia produtiva da alimentação.</li> <li>- inclusão destes no circuito das compras públicas;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- horas de formação e assessoria recebida pelos grupos;</li> <li>- participação e vendas em feiras e outros canais de comercialização ;</li> </ul>	SDTE	<ul style="list-style-type: none"> <li>- CDE;</li> <li>- Instituições;</li> <li>- Associações ;</li> <li>CMDRSS</li> </ul>	2017	00



	da zona leste) - incluir destes grupos nas estratégias de comercialização da economia solidária;							
--	---	--	--	--	--	--	--	--

Objetivo 1.4: Ampliar o acesso da população a alimentos in natura e fomentar seu consumo.

Ações e Metas:

AÇÃO	OBJETIVO	META	ATIVIDADES ESTRATÉGICAS	INDICADORES DE RESULTADOS	RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	PRAZO	FONTE
São Paulo Orgânica	Implementar feiras orgânicas na cidade de São Paulo	4 feiras	Mobilizar produtores Pesquisa de demanda Viabilizar espaço	- nº de feiras implantadas - avaliação de demanda junto aos feirantes	SDTE	SUBSPREFEITURAS SVMA Produtores; CMDRSS	2018	00

**DIRETRIZ 2: PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO PÚBLICO E ESTRUTURAÇÃO DE SISTEMAS SUSTENTÁVEIS E DESCENTRALIZADOS, DE BASE AGROECOLÓGICA E SOLIDÁRIA DE PRODUÇÃO, PROCESSAMENTO, DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS.**

**Objetivo 2.1: Estruturar uma Política de Abastecimento que leve em consideração o caráter social dos equipamentos públicos.**

**Ações e Metas:**

ACÇÃO	OBJETIVO	META	ATIVIDADES ESTRATÉGICAS	INDICADORES DE RESULTADOS	RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	PRAZO	FONTE
Recuperar a função social dos sacolões municipais	Controlar os preços de uma relação de cerca de 20 produtos (frutas, verduras e legumes), considerados básicos (essenciais), para o consumo humano. Promover o consumo de frutas, verduras e legumes, através da redução dos preços.	Implantar o programa em todos os sacolões municipais e nos mercados, onde for possível.	Envolvimento dos permissionários na construção do programa.	- diferença em % do preço praticado nesses espaços em relação aos espaços privados - nº de sacolões com o programa	SDTE	COSAN	Até o 1º semestre de 2017	00
Quiosque agroecológico e orgânico, nos mercados e sacolões municipais.	1. Realizar comércio de produtos agroecológicos e/ou orgânicos, em boxes/espacos, nas unidades de abastecimento, por um tempo pré-determinado. 2. Estimular o crescimento econômico e profissional, do pequeno produtor, agricultor e/ou feirante. 3. Implantar projetos econômico-sociais nas	Implantar o projeto, em todos os 33 equipamentos de abastecimento.	Levantamento dos comerciantes que produzam estes alimentos, junto ao Departamento de Agricultura e Abastecimento e o setor de Feiras Livres.  Estabelecer um cronograma de implantação dos pontos de vendas, nos mercados e sacolões.	- nº de boxes - nº de equipamentos atendidos - nº de regiões atendidas - demanda pelos produtos - preços praticados em relação ao comércio dos demais boxes e do entorno	SDTE	COSAN; COOPERATIVAS e; ASSOCIAÇÕES; CMDRSS	Até o 2º semestre de 2017	00

	<p>unidades de abastecimento municipais.</p> <p>4. Promover o aumento do consumo de frutas, verduras e legumes orgânicos, pela população.</p>							
<p>Formação da equipe com profissionais especializados em qualidade, segurança e higiene de alimentos.</p>	<p>1. Assegurar que a comercialização de produtos alimentícios atenda as disposições da legislação sanitária vigente.</p> <p>2. Tornar os equipamentos de abastecimento municipais, centros de compra reconhecidos, pela qualidade de seus produtos.</p>	<p>Equipe ativa, em todas as unidades de abastecimento.</p>	<p>Seleção dos profissionais, por técnico do setor de Mercados e Sacolões.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- equipe formalizada</li> <li>- nº de atendimentos</li> <li>- nº de oficinas</li> <li>- nº de inspeções mensais</li> <li>- erros mais cometidos (para reforço nas formações)</li> <li>- ranking dos melhores equipamentos</li> </ul>	SDTE	COSAN	<p>Até o 1º bimestre de 2017</p>	00
<p>Artesanato &amp; eventos</p>	<p>1. Promover da cultura, nos equipamentos de abastecimento, através da implantação de feiras de artesanato e eventos culturais</p> <p>2. Estimular o crescimento econômico e profissional, do pequeno artesão.</p> <p>3. Implantar projetos econômico-sociais nas unidades de abastecimento municipais.</p> <p>4. Proporcionar</p>	<p>Implantar o projeto em todas as 33 unidades de abastecimento.</p>	<p>Identificar os artesãos e artistas, em cada região, de modo a promover o seu trabalho, nos diferentes equipamentos de abastecimento.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- nº de empreendimentos implantados</li> <li>- relação custo/benefício dos empreendimentos</li> <li>- melhoria na renda</li> </ul>	SDTE	COSAN CDE	<p>Até o 2º semestre de 2017</p>	00

	<p>uma experiência diferente, ao consumidor, através da promoção de produtos artesanais, não alimentícios e possibilidade de aprender uma atividade nova.</p> <p>5. Promover a cultura, através da música e exposições, nas unidades de abastecimento.</p>							
<p>Agências dos Correios e Casas Lotéricas</p>	<p>Implantar de agências dos Correios e Casas Lotéricas, nas unidades de abastecimento. Promover o acesso, da população, aos serviços/benefícios fornecidos, pelos Correios e Casas Lotéricas.</p>	<p>Implantar tais equipamentos onde houver espaço, nos mercados e sacolões.</p>	<p>Levantar empreendedores interessados e, detentores de permissão (dos Correios ou Caixa Econômica), para pronta ocupação de boxes, nas unidades de abastecimento.</p>	<p>-nº de agências implantadas</p>	<p>SDTE</p>	<p>COSAN</p>	<p>Até o 1º semestre de 2018</p>	<p>Não se aplica</p>
<p>Cozinhas comunitárias nos Mercados e Sacolões</p>	<p>Implantar novas cozinhas comunitárias, nos mercados e sacolões e aumentar o número de atividades naquelas já existentes. Promover cursos de capacitação nas áreas de gastronomia, culinária, segurança e higiene de alimentos.</p>	<p>Qualificar a mão de obra, nas áreas de produção e conservação de alimentos, aumentando as chances de ocupar uma vaga de trabalho no mercado.</p>	<p>Criar turmas de alunos considerando o perfil e a demanda, de cada unidade de abastecimento e região adjacente.</p>	<p>- nº de cursos realizados - nº de alunos formados - nº de cozinhas construídas e equipadas</p>	<p>SDTE</p>	<p>COSAN Instituições de ensino privada</p>	<p>Até o 2º semestre de 2018</p>	<p>00</p>

Reservatórios para captação de água da chuva.	Captar água da chuva através de reservatórios. Diminuir os gastos com a conta de água e tornar a unidade mais sustentável, com o uso consciente da água.	Construir ou reativar reservatórios, de modo que cada unidade tenha um.	Viabilizar o projeto através de parcerias público-privadas.	- nº de equipamentos implantados - percentual de redução dos gastos financeiros - m³ capitados	SDTE	COSAN Associação dos Permissonários	2019	00
Sacolão Itinerante	Levar alimentos (hortifruti e outros gêneros) para bairros onde não há equipamentos de abastecimento tradicionais (mercados, sacolões ou feiras livres), com o uso de caminhões. Promover o consumo de alimentos de qualidade, pela população que habita regiões desprovidas de equipamentos de abastecimento fixos.	Atingir 4 pontos em cada subprefeitura.	1. Adquirir, inicialmente, quatro caminhões equipados, para esta finalidade. 2. Parcerias com feirantes, produtores agrícolas e/ou cooperativas.	- nº de equipamentos adquiridos - parcerias estabelecidas - pontos da cidade alcançados - população beneficiada	SDTE	COSAN; Associação/Sindicato de feirantes e; Cooperativas; CMDRSS	2017-2020	00
Centros de Referência em SAN e Entrepósitos do Banco de Alimentos.	Construir ao menos 1 em cada região da cidade.	Conclusão dos Centros previstos e implantação de mais 1.	Levantamento de espaço.	- nº de equipamentos implantados	SDTE	CAISAN COMUSAN	2016-2018	00

Feiras Modelos	Efetuar uma identidade visual padrão, instalação de lixeiras orgânicas e controle de qualidade de produtos.	880	Determinação por legislação específica	- nº de feiras com adequação efetivada	SDTE	Permissonários e Sindicato de Feirantes	2016-2020	00
Do campo Para a Cidade	Implementar feiras da agricultura familiar em cada subprefeitura	32	Mobilizar produtores familiares, cooperativas e associações  Pesquisa de demanda  Viabilizar espaço	- nº de feiras implementadas  - nº de regiões e população atendida	SDTE	Subprefeituras  Cooperativas de AF;  CMDRSS	2017-2020	00

Objetivo 2.2: Estruturar sistemas sustentáveis e descentralizados de produção agroecológica.

Ações e metas:

AÇÃO	OBJETIVO	META	ATIVIDADES ESTRATÉGICAS	INDICADORES DE RESULTADOS	RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	PRAZO	FONTE
Agricultura Urbana anexa aos Cresans	Difundir o debate em SAN pelas praticas Agricultoras	Estabelecer projetos de agricultura urbana conectados aos Cresans	Criação de parcerias e articulação social para implantação de projetos de Agriurbe.	- nº de hortas implementadas - nº de cursos ofertados	SDTE	CAISAN COMUSAN; CMDRSS	2017-2018	00
Patrulha Agrícola agroecológica.	Fomentar a adoção de técnicas de manejo mais racionais do solo e da água, apoiando o agricultor nas mudanças cotidianas das práticas agrícolas	Alcançar 100 agricultores urbanos e periurbanos com a introdução de técnicas agrícolas apropriadas	1.Garantir o correto funcionamento dos equipamentos e o acompanhamento técnico concomitante 2.Regularizar o funcionamento dos equipamentos promovendo a execução dos serviços agrícolas dentro das ações de boas práticas agroecológicas 2.Fomento as boas práticas agrícolas e aos serviços da patrulha agrícola agroecológica	- percentual de agricultores alcançados - incremento da produção (quantidade produzida sem as técnicas vs com as técnicas)	SDTE	COSAN e associações e cooperativas de agricultores; CMDRSS	2016-2017	00
Hortas e viveiros da comunidade	Ampliar os beneficiários do Projeto Hortas e Viveiros da Comunidade. Adequar a formação constante com a estrutura do PRONATEC Campo.	Atender 200 beneficiários no Projeto Hortas e Viveiros da Comunidade. Implantar 5 turmas de qualificação continuada através do PRONATEC Campo.	1.Levantamento de novas áreas e interessados no projeto. Seleção e triagem de beneficiários. Articulação dos grupos de trabalho. Organização das turmas de qualificação junto a Fundação	- nº de atendidos - nº de turmas formadas	SDTE	COSAN, Fundação Paulistana , OSCIP's e associações; CMDRSS	2016 - 2017	00

			<p>Paulistana e os cursos do PRONATEC Campo</p> <p>2. Estruturar e ampliar o projeto Hortas e Viveiros da Comunidade, fornecendo capacitação permanente e acompanhamento de grupos de agricultura urbana. Ampliar o número de beneficiários atendidos.</p> <p>3. Fortalecer de forma permanente o Projeto Hortas e Viveiros da Comunidade no âmbito do Programa Operação Trabalho</p>					
Sala da cidadania	Estruturar equipamento apropriado ao funcionamento da Sala da Cidadania São Paulo em cooperação com o Incra/SP	Atendimento permanente a 100% dos agricultores do município	<p>Adequação do sistema de informática e de estrutura de atendimento ao público.</p> <p>Capacitação permanente de técnicos ao atendimento</p> <p>Prestar serviço de atendimento aos agricultores com relação ao cadastro de imóvel rural.</p>	- implementação da sala - nº de agricultores beneficiados	SDTE	COSAN e Incra/SP; CMDRSS	2016 - 2017	00
Escolas Estufas	Colocar em funcionamento as Escolas Estufas. Ativar e fomentar as Escolas Estufas	32 Escolas Estufas fomentando plenamente a Agricultura Urbana	Levantamento situacional Estruturação das Escolas	- nº de hortas em funcionamento	SDTE	CAISAN; SVMA; SME SUBPREFEI -TURAS; CMDRSS	2016 - 2018	00



Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário	<p>Construir o Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário</p> <p>Consolidar a política de desenvolvimento rural do município</p>	Construção do Plano	<p>Mapear agricultores e sua produção</p> <p>Plano de trabalho</p> <p>*cursos</p> <p>*ações</p> <p>Estabelecer parcerias com universidades</p> <p>Regulamentação das áreas produtivas</p>	- consolidação do Plano	SDTE e SVMA	SERVIÇOS; Subprefeituras SMDU; SES; Universidades; CMDRSS	2016 - 2018	00
Cartilha para cultivo de hortas	<p>Desenvolver acompanhamento e material de apoio para criação de hortas em equipamentos públicos</p> <p>Recuperar e utilizar espaços públicos ociosos para criação de hortas urbanas e projetos de produção agrícola.</p> <p>Ampliar as oportunidades para pessoas em situação de vulnerabilidade sociais, dando uma oportunidade no mercado de trabalho e paralelamente promovendo o desenvolvimento educacional da região.</p>	50 beneficiários	Elaboração do material	- n° de exemplares produzidos e distribuídos	SDTE	CAISAN; CMDRSS	2016 - 2018	00

<p>Aquisições de produtos alimentícios provenientes da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar</p>	<p>Implementar o que prevê a Lei Federal 11.947/09 sobre a aplicação mínima de 30% do repasse do governo federal na compra diretamente do Agricultor Familiar. Essa disposição legal possibilita o desenvolvimento local no âmbito da região produtora, uma vez que os recursos das compras serão injetados em benefício dos próprios produtores, evitando-se a intermediação das compras por grandes empresas, bem como a segurança alimentar e nutricional da população.</p>	<p>30%</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pesquisa de novos alimentos da Agricultura Familiar para inserção no cardápio</li> <li>- Mapear entre as cooperativas se há produção dos alimentos que já constam no cardápio e a viabilidade de aquisição a partir desse modo de produção.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- porcentagem de aquisições</li> <li>- nº de escolas atendidas</li> <li>- nº de alunos atendidos</li> </ul>	<p>SME</p>	<p>SDTE; COMUSAN ; CMDRSS</p>	<p>2017</p>	<p>02</p>
--	--	------------	---	--	------------	---	-------------	-----------

Orgânicos na Alimentação Escolar	Atender ao Decreto n° 56.913, de 5 de abril de 2016.	<p>Compra progressiva          Compra progressiva          2016: R\$8.370.000,00          2017: 3%          2018: 5%          2019: 10%          2020: 20%          2021: 30%          2022: 40%          2023: 50%          2024: 60%          2025: 80%          2026: 100%</p>	<p>- Levantamento de alimentos que podem compor o cardápio substituindo os alimentos tradicionais;          - Desenvolver e divulgar manual de qualidade de produtos orgânicos</p>	<p>- porcentagem de inserção por ano          - escolas atendidas          - nº de alunos atendidos</p>	SME	SDTE, SMS, SVMA, COMUSAN, CAE, CMDRSS	2016-2020	00 02
----------------------------------	--	---	--	---	-----	---------------------------------------	-----------	----------

**DIRETRIZ 3: INSTITUIÇÃO DE PROCESSOS PERMANENTES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL E CULTURA ALIMENTAR, VISANDO A PROMOÇÃO DE HÁBITOS ALIMENTARES SAUDÁVEIS, COM AÇÕES FORMATIVAS, A PARTIR DO DIAGNÓSTICO DAS NECESSIDADES LOCAIS, COM FOCO NAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E DA EDUCAÇÃO POPULAR, BEM COMO, INCENTIVAR A PESQUISA E FORMAÇÃO NAS ÁREAS DE SAN E DHAA.**

**Objetivo 3.1: Assegurar processos permanentes de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) e de promoção da alimentação adequada e saudável, valorizando e respeitando as especificidades culturais e regionais dos diferentes grupos e etnias, na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e da garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), bem como, fomentar a prática de atividades físicas e esportivas.**

**Ações e Metas:**

AÇÃO	OBJETIVO	META	ATIVIDADES ESTRATÉGICAS	INDICADORES DE RESULTADOS	RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	PRAZO	FONTE
Comitê Gestor SP Carinhosa	Integrar a SDTE no Comitê Gestor da SP Carinhos	Formalizar a integração	Rever o decreto e fazer nova publicação	Não se aplica	SP Carinhosa	SDTE	2017	Não se aplica
Oficinas culinárias temáticas com foco na alimentação saudável	Promover a alimentação saudável através das oficinas culinárias	Formar os usuários dos mercados municipais e os CRESAN's	Desenvolvimento de receitas, mobilização de parceiros, elaboração de materiais informativos	- nº de oficinas - nº de beneficiados	SDTE	Universidades, Escolas técnicas, Associações de mercados.	Permanente	00
Chef na feira	Promover a alimentação saudável através da presença do chef de cozinha e nutricionista nas feiras livres, com elaboração de receitas	Formar os usuários das feiras livres	Mobilização de parceiros, Elaboração de proposta, elaboração de materiais informativos.	- nº de oficinas e feiras alcançadas - nº de participantes	SDTE	Chef de cozinha, feirantes, universidades, Instituições voltadas a SAN Subprefeituras,	2017-2020	00

Quiosque nutricional	Promover a alimentação saudável através da orientação nutricional com abordagem de diversos temas atuais	Alcançar os usuários dos mercados e sacolões	Elaboração de materiais informativos.	- nº de atividades realizadas - nº de mercados e sacolões beneficiados	SDTE	Associações dos mercados, universidades	Permanente	00
EAN nos CRESAN's	Promover a socialização de conhecimentos para fomentar a alimentação saudável através de gincanas, oficinas, palestras, rodas de conversas.	Alcançar a população em torno dos CRESAN's	Elaboração de materiais informativos, e mobilização dos participantes	- nº de atividades realizadas - nº de concluintes	SDTE	SME, SVMA, SMS, Universidades, Subprefeituras.	Permanente	00
Cursos gastronômicos para geração de renda	Promover a alimentação saudável e geração de renda.	Alcançar os beneficiários do programa banco de alimentos e usuários dos mercados livre	Elaboração de materiais informativos e apostilas, mobilização dos participantes, elaboração de receitas.	- nº de atividades realizadas - nº de concluintes - nº de concluintes que posteriormente desenvolvem a atividade para geração de renda	SDTE	Associações dos mercados e universidades.	Permanente	00
Convênios com Universidades	Firmar convênio e reforçar os já existentes, para Cooperação Técnica com Universidades.	Promover a Difusão e Conhecimento da temática de SAN.	Seleção das temáticas e estabelecimento de Plano de ações	Não se aplica	SDTE	CAISAN; Subprefeituras ;	Permanente	Não se aplica

Secretaria da Cultura na CAISAN	Envolver a Sec. Da Cultura, nas instâncias de participação, para inserção da Cultura Alimentar, Segurança Alimentar e Nutricional	Apresentar a temática de SAN para a SMC; Articular a participação da SMC NO COMUSAN e CAISAN	Reunião para a sensibilização da temática de SAN; Sensibilização da Secretária, para compreensão da interface de suas ações com a temática de SAN; Formalização do convite para compor o COMUSAN e CAISAN.	- efetivação da ação	SDTE	CAISAN; COMUSAN	1º Semestr e de 2017	Não se aplica
Cursos de capacitação para entidades socioassistenciais	Capacitar as entidades socioassistenciais sobre SAN e as boas práticas de manipulação de alimentos e estratégias para melhor aproveitamento dos alimentos.	Capacitar todas as entidades cadastradas no banco municipal de alimentos	Elaboração de materiais. Mobilização do público alvo	- nº de entidades concluintes - % de entidades treinadas	SDTE	Entidades socioassistenciais	Permanente	00
Concurso e Livro de receitas	Desenvolver concurso de receitas com as entidades socioassistenciais e elaborar livro com as receitas vencedoras.	1 vez no ano	Elaboração proposta, Mobilização de parceiros, Mobilização dos participantes	- realização do curso - nº de entidades inscritas - nº de receitas inscritas - nº total de pessoas envolvidas - receitas mais votadas	SDTE	Universidades, ONGs, Institutos voltados para SAN, Empresas com foco na alimentação saudável, Universidades, SECOM	2017 - 2020	00
Palestras, rodas de conversas, seminários, cursos e oficinas em SAN	Dar formações (servidor) escolas, postos de saúde entre outros equipamentos públicos	Alcançar toda a rede de abrangência dos Cresan's	Mobilização de parceiros; Elaboração dos cursos; Mobilização dos interessados; Aplicações	- nº de atividades realizadas - nº de pessoas alcançadas	SDTE	SME; SMS; SVMA Universidades Faculdades Escolas Técnicas	Permanente	00

Semana Mundial da Alimentação	Intensificar as ações de Segurança Alimentar e Nutricional em comemoração ao Dia Mundial da Alimentação.	Realizar uma por ano.	Elaboração da proposta	- realização da ação - nº de atividades - nº de participantes - avaliação das atividades pelos participantes	SDTE	COMUSAN; Subprefeituras; CAISAN;	Permanente	00
Extensão comunitária (Escola Técnica de Saúde Pública Prof. Makiguti)	Promover cultura de alimentação saudável através de atividades comunitárias com os alunos, envolvendo orientação nutricional, medição de glicemia e palestras de saúde bucal)	Dois eventos no ano com periodicidade semestral	Realização de testes de glicemia e pressão arterial acompanhados de palestras sobre alimentação saudável.	- nº de atividades realizadas - nº de pessoas alcançadas - avaliação das atividades	SDTE	Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura; CAISAN	2017 - 2020	00
Projeto Hortas e Viveiros da Comunidade	Promover SAN através da Formação Agroecológica	Cursos de formação em 15 subprefeituras	Mobilização e seleção dos bolsistas Elaboração de materiais didáticos	- nº de cursos realizados - nº de hortas	Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura	SDTE/COSAN; CMDRSS	2016	00
Implantar Cantinas Saudáveis em Equipamentos administrados pela Fundação Paulistana.	Implantar uma Cantina Saudável na Escola Técnica de Saúde Pública Prof. Makiguti e uma Cantina Saudável no Centro de Formação Cultural da Cidade Tiradentes.	02 Cantinas	Prover estrutura física para implantação das Cantinas Saudáveis.  Articular parcerias com empreendimentos de economia solidária.	- nº de cantinas implantadas	SDTE	Fundação Paulistana de Educação Tecnologia e Cultura/ CAISAN COMUSAN	2017	00

Elaboração de material de apoio técnico	Fornecer subsídio técnico sobre alimentação saudável e segura aos supervisores e equipe dos serviços socioassistenciais conveniados	Disponibilizar material a 100% dos serviços conveniados	Manual, portarias e folhetos	- porcentagem dos serviços alcançados	SMADS	COMUSAN CAISAN CRESANS Universidades	Permanente	00
Realizar capacitações, encontros, oficinas e visitas técnicas	Orientar as equipes dos serviços e técnicos dos CRAS, CREAS e Centros pop quanto ao planejamento e elaboração de refeições saudáveis	Atendimento aos serviços da CP Básica e CP Especial	Realização de atividades com os supervisores, gerentes e manipuladores dos serviços conveniados.  - Visitas técnicas aos serviços	- nº de formações realizadas  - público alcançado	SMADS	COMUSAN CRESAN's	Permanente	00
Capacitações em alimentação saudável e segura à equipe dos serviços a serem implantados	Orientar o serviço no planejamento, elaboração e distribuição de refeições seguras  - Transmitir as orientações quanto às disposições legais da legislação sanitária vigente	Atendimento de 100% das implantações	Oficinas sobre alimentação saudável.  -Disponibilização de material informativo e técnico de alimentação saudável e segura.	- nº de serviços implantados e nº de capacitações dos mesmos	SMADS	CRAS, CREAS Centros Pop CRESAN's	Permanente	00



Programa “Alimente-se Bem”	Proporcionar aos manipuladores de alimentos dos serviços conveniados a vivência prática de como elaborar pratos saudáveis e seguros	50% - 2017 (cerca de 600 serviços)  50% - 2018 (cerca de 600 serviços)	Aulas práticas nas cozinhas do SESI	- porcentagem de implantação nos diferentes serviços	SMADS	SESI	2017 - 2018	00
Polos de EA	Proteger os recursos naturais da cidade, conservando as áreas de mananciais, ampliando o sistema de áreas verdes, preservando os recursos hídricos e monitorando as áreas de risco	Ampliar o nº de polos.	Levantamento e diagnóstico dos locais públicos, que possam implantar/ instalar um Polo; Estruturação e/ou adequação dos espaços existentes; Planejamento das atividades de Educação Ambiental de acordo com as diretrizes da SVMA e projetos de forma descentralizadas;	- nº de polos implantados  - nº de profissionais capacitados	SVMA	SDTE SME SMC CAISAN Subprefeituras; CMDRSS	2017-2020	00
Visitas Técnicas aos Agricultores Familiares	Promover intercâmbio entre os produtores e a CODAE, fortalecer a relação e consciência sobre a cadeia produtiva dos alimentos e impactos da	-Duas atividades ao ano ;  - uma visita técnica por chamada pública ou conforme necessidade	- Promoção de encontros entre os agricultores familiares, a comunidade escolar e os profissionais da CODAE;  - Visita aos produtores com a finalidade de	Avaliação de satisfação dos participantes das atividades (encontros)  Registro das visitas por meio de relatórios	SME	SDTE; COMUSAN; CAE; CMDRSS	2016 - 2020	00

	adquisição no meio rural e na escola.		conhecer o processo de produção;	técnicos				
Convênios com Universidades	Promover o aprimoramento do PAE no município de SP	- Formação, extensão e pesquisa	<p>- Pesquisa:</p> <p>Avaliação diagnóstica, propostas de intervenção e monitoramento</p> <p>- Estágios obrigatórios:</p> <p>Proporcionar aos estagiários a vivência prática em uma política pública de SAN</p> <p>- Formação profissional:</p> <p>Participação de profissionais vinculados às Universidades em atividades que visam o aperfeiçoamento dos profissionais da CODAE.</p>	<p>Produção de relatórios técnicos baseados nos resultados proveniente das pesquisas</p> <p>Avaliação contínua das atividades dos estagiários e apresentação de resultados das atividades desenvolvidas</p> <p>Incentivo e valorização do profissional da CODAE refletindo positivamente na sua atuação e desenvolvimento</p>	SME	SDTE; SMS; CAISAN	2019	00

Educação Alimentar e Nutricional	Promover práticas alimentares adequadas e saudáveis	Elaborar materiais de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) para uso em atividades individuais e coletivas, como folders com dez passos da alimentação saudável, alimentos sintéticos/de polímeros "em tamanho natural", cartazes, manuais.	Construir um material educativo que permita a utilização junto aos usuários Realizar processos administrativos para aquisição do material educativo Distribuir material educativo à rede de atenção básica Orientar os profissionais para a utilização dos materiais educativos	- nº de material educativo elaborado e distribuído	SMS	Atenção Básica; Área de Nutrição Setores de SMS responsáveis; Processos de aquisição de material;	2016	00 02 Fundo de alimentação e nutrição (FAN)/ Piso da Atenção Básica (PAB)
Educação Alimentar e Nutricional e Assistência	Promover práticas alimentares adequadas e saudáveis	Divulgar práticas alimentares adequadas e saudáveis no canal do cidadão da Rede SP Saudável	Estabelecer conteúdo a ser abordado Elaborar roteiros de 4 programas/ vinhetas Realizar a filmagem dos programas veicular programas na Rede SP Saudável	- percentual de programas veiculados entre os previstos	SMS/ Atenção Básica/ Área de Nutrição	Comunicação/ Escola Municipal de Saúde	2016-2018	00 02 Tesouro; Piso da Atenção Básica (PAB/MS)
Capacitação Conselheiros do COMUSAN	Contribuir para o aperfeiçoamento das ações do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional	Capacitar 100% dos conselheiros do COMUSAN quanto aos vários processos de monitoramento da qualidade, identidade e inocuidade de	Realizar curso com participação dos conselheiros	Proporção de conselheiros capacitados entre os previstos	SMS/ COVISA/ Alimentos	SMS/ Atenção Básica/ Área de Nutrição/ COMUSAN	2017	02 MS/Vigilância

		alimentos						
Estabelecimento de relações com Organizações Internacionais e cidades	Prospectar e participar de eventos internacionais para identificação e intercâmbio de políticas inovadoras em outras cidades e regiões metropolitanas . Fomento da cooperação internacional descentralizada em SAN.	Aprofundamento das relações com Organizações Internacionais, sobretudo com a FAO e atentar-se a acordos já firmados.	Criar relações com Organizações Internacionais e cidades para o fomento da cooperação internacional descentralizada em SAN;	Não se aplica	SMRIF	SDTE; SME; SMS; SVMA; FAO. PMA	Permanente	00
Programa de Educação em DH	Apoiar na formação da Guarda Civil Metropolitana (GCM) para atuação em sintonia com os princípios dos direitos humanos e do direito humano à alimentação adequada.	4.892 Guardas Civis	- selecionar agentes da guarda civil para a capacitação e formação.	-nº de guardas formados e número total de guardas civis	SMDHC	SMDHC SMSU ENAM	2016	00

Educação de Direitos Humanos na Rede Municipal de Ensino	Oferecer curso de Pós Graduação em Direitos Humanos e Educação em Direitos Humanos para profissionais da Rede Municipal gratuitos e visando a qualificação profissional de educadores.	3.100 educadores	Articulação com a Secretaria Municipal de Educação  Seleção de professores	- nº de educadores formados	SMDHC SME	CAISAN	2016	00
Criação de Centros de Educação em Direitos Humanos - CEDH's.	Irradiar conhecimento, material didático, pesquisa, articulação comunitária.	04 Pólos	- Articulação com a Secretaria Municipal de Educação	- nº de Pólos  - nº de formações e pesquisas realizadas  - nº de material formulado e distribuído	SMDHC	SME	2016	00
Oficinas culturais e educativas desenvolvidas no Polo do Idoso.	Proporcionar aos idosos o fortalecimento da cidadania e conhecimento acerca de seus direitos através de atividades culturais e sociais;  Proporcionar atividades de aprendizagem e convivência comunitária.	300 idosos	Levantamento das de mandas;  Elaboração de um calendário de atividades mensalmente	- nº de idosos alcançados  - nº de oficinas por casa  - avaliação dos participantes	SMDHC	SMADS; SME; SEME; SMS; SMC;	2016	00

Festival de Curtas Metragens em DH	Disseminar o conhecimento da Educação em Direitos Humanos	2 filmes	Seleção de Curtas Metragens em Direitos Humanos.	- nº de filmes exibidos - público atingido	SMDHC	Articular parcerias	2016	00
------------------------------------	---	----------	--	---	-------	---------------------	------	----

**Objetivo 3.2: Estruturar e integrar ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) nas redes institucionais de serviços públicos, de modo a estimular a autonomia do sujeito para produção e práticas alimentares adequadas e saudáveis.**

AÇÃO	OBJETIVO	META	ATIVIDADES ESTRATÉGICAS	INDICADORES DE RESULTADOS	RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	PRAZO	FONTE
Hortas comunitárias ou domésticas	Fomentar a difusão e popularização do cultivo de hortas comunitário ou doméstico estimulando a implantação de hortas em outros espaços públicos ou privados, a difusão e popularização das PANC's e fomentar hortas em outros equipamentos Públicos, por meio das Escolas Estufas.	32 Escolas Estufas fomentando plenamente a Agricultura Urbana	Mobilização da Comunidade Elaboração de cursos Aplicação dos cursos	- nº de cursos ofertados - nº de participantes	SDTE e SVMA	CAISAN SME SUBPREFEITURAS CMDRSS	2017-2018	00

Projeto Pedagogia da Compostagem	Educar e conscientizar jovens e crianças acerca da: saúde e alimentação, geração de resíduos e; Compostagem	Implantação de composteiras em 1500 escolas públicas da rede municipal; 500 por ano, num horizonte de 3 anos.	Mesclar as tecnologias de compostagem utilizando minhocários e compostagem termofílica sem minhoca; Atividades ao ar livre	- nº de composteiras implantadas - quantidade de composto - quantidade de resíduo orgânico	SES	SME OSCIP's	2017-2019	00
Programa Revolução dos Baldinhos SP	Promover a Agroecologia e do Saneamento Ambiental por meio de geração de trabalho e renda, com foco em jovens e mulheres em situação de vulnerabilidade social	4 comunidades 20 bolsistas	Implantação de viveiro para produção de mudas arbóreas e comestíveis; Distribuição de composto orgânico; Alternativas de tecnologias ecológicas;	- nº de bolsistas - nº de comunidades - nº de residências assistidas	SES	SVMA SUBPREFEITURAS SDTE SMS	2018- 2020	00
Programa "Composta São Paulo"	Ampliar o programa	Compostar 100% dos resíduos orgânicos das feiras da Zona Sul	Levantamento do número de feiras; Sensibilização dos feirantes	- percentual de feiras alcançadas - toneladas de resíduos orgânicos encaminhados para compostagem - toneladas de composto	SES	SDTE SUBPREFEITURAS SVMA CAISAN COMUSAN CMDRSS	2017-2020	00
Projeto Feiras e Jardins Sustentáveis	Produzir composto orgânico à partir dos resíduos de frutas, legumes e verduras das feiras junto com os resíduos de poda e manutenção de jardins	Atingir 100% das feiras livres e dos serviços de poda	Implantar 6 pátios de compostagem que representam os resíduos de poda e feira (FLV) de 6 subprefeituras; Criar um cadastro de pequenos produtores agroecológicos (ou em transição) pertencentes às áreas rurais e periurbanas	- percentual de feiras alcançadas - toneladas de resíduos orgânicos encaminhados para compostagem - toneladas de composto - toneladas de poda encaminhadas	SES	SDTE Coordenação de Subprefeituras COMUSAN OSCIP's CAISAN CMDRSS	2017-2020	00

Educação ambiental	Promover ações de Educação e Gestão Ambiental , para o desenvolvimento de atividades relacionadas aos eixos saúde, meio ambiente e SAN ; Propiciar, estimular capacitação técnica dos Educadores Ambientais	Capacitar educadores, lideranças, grupo de coletivos, para que possam ser multiplicadores de ações/ atividades das temáticas ambientais, tais como: horta, água, resíduos-compostagem e cultura da paz	Elaboração Programa de EA da SVMA, para promoção de ações educação e gestão ambiental; atividades voltadas a Saúde, Meio Ambiente e SAN Planejamento e elaboração das ações formativas dos grupos no município; Articulação com parceiros para desenvolvimento das ações de forma descentralizada e identificação de demandas;	- nº de capacitações - nº de pessoas alcançadas -nº de coletivos engajados	SVMA	SDTE; SMS; COMUSAN; Associações;	Permanente	00
Educação Alimentar e Nutricional e assistência nutricional	Promover práticas alimentares adequadas e saudáveis, de acordo com o guia alimentar brasileiro	Capacitar os profissionais das UBS quanto a alimentação saudável, por meio de 1 seminário ao ano	Realizar Seminário com participação de profissionais da atenção básica	- Seminário realizado - Número de profissionais capacitados	SMS/ Atenção Básica/ Área de Nutrição	ONG's OSCIP's Faculdade de Saúde Pública/ CRS/STS	2017- 2020	00 02 Fundo de alimentação e nutrição (FAN)/ Piso da Atenção Básica (PAB/MS)



Objetivo 3.3: Fortalecer a gestão, execução e o controle social do PNAE.

Ações e Metas:

AÇÃO	OBJETIVO	META	ATIVIDADES ESTRATÉGICAS	INDICADORES DE RESULTADOS	RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	PRAZO	FONTES
Promoção de EAN nas escolas realizadas pelos profissionais da CODAE e/ou outras Secretarias	Formar a comunidade escolar para desenvolver o conteúdo de EAN no cotidiano dos alunos e suas famílias.	-Ampliação das ações de EAN - Criação no Portal da SME espaço para troca de experiências e divulgação de material de apoio - Desenvolver sistemas de monitoramento das atividades de EAN realizadas pelas unidades	- Criação de um Núcleo de EAN na CODAE - Realização de formações pelos nutricionistas e outros técnicos da CODAE voltadas para a Comunidade Escolar - Promoção de parcerias com outras Secretarias, Instituições e Sociedade civil - Divulgação de material de apoio para a comunidade escolar e fornecimento de estruturas de apoio por SME	- Sistematização e mensuração das atividades realizadas - Acompanhamento do número de acessos no Espaço de EAN que será criado no portal de SME	SME	CAISAN COMUSAN	2019	00
Projeto Nutrir Crianças Saudáveis	Sensibilizar e estimular os educadores com diferentes atuações a criar um ambiente de práticas coletivas nas Unidades Educacionais com foco na prevenção da	- Manutenção da parceria e ampliação do número de projetos pedagógicos desenvolvidos	Formação dos educadores - Desenvolvimento de atividades de EAN na Plataforma virtual - Realização de projetos pedagógicos na	Verificar o aumento da participação efetiva dos educadores com projetos de EAN na plataforma virtual	SME	Fundações/ONG's/ OSCIP's	2016-2020	Financiamento Privado

	obesidade e da desnutrição de crianças e adolescentes, por meio da promoção de hábitos saudáveis e valorização do contexto das refeições nas escolas; tendo como pilares: Nutrição, Educação e Atividade física.		temática de EAN					
Revolução na Alimentação ( <i>Food Revolution Day</i> )	Incentivar a participação das UEs, servidores e comunidade em geral na ação global promovida por Fundação específica, com foco na comida de verdade e na consciência sobre suas origens e seu preparo, promovendo a reflexão e a realização de ações baseando-se nas premissas: Cozinhar, Compartilhar e Vivenciar.	Incentivar as UEs e os funcionários da CODAE a engajarem e desenvolverem ações com o projeto;	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Divulgação nas redes sociais, e-mails para as unidades das ações programadas a cada ano;</li> <li>- Tradução e criação do material sobre o <i>Food Revolution</i>;</li> <li>- Concursos de receitas nas Diretorias Regionais de Educação (DRE)</li> </ul>	Enquete sobre as atividades desenvolvidas nas UEs e divulgação das atividades em sites	SME	Embaixadores do <i>Food Revolution</i> de São Paulo, ONG's, OSCIP's	Permanente	00
Curso de Aprimoramento Profissional (CAP)	Promover a formação continuada, atualização e ação integrada entre os profissionais da Coordenadoria de Alimentação Escolar.	- Realizar formações anuais.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Compor um GT de membros da CODAE bianualmente;</li> <li>- Definir a abordagem de SAN anualmente;</li> <li>- Definição do local das palestras;</li> <li>- Validar a proposta da formação junto</li> </ul>	Resultado da avaliação das palestras Divulgação no site da SME o conteúdo e temas abordados por palestra	SME	Grupo de Trabalho do Curso de Aprimoramento Profissional da CODAE/SME; e Parceiros	Permanente	00

			<p>ao CEU-FOR/SME</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Pesquisar profissionais atuantes na área pré-estabelecida;</li> <li>-Convidar os profissionais;</li> </ul>					
Programa Na Mesma Mesa	<p>Propiciar a construção de práticas alimentares saudáveis, considerando o momento da refeição escolar como oportunidade de convívio, fortalecimento de vínculos, compartilhamento de saberes, tendo o educador fundamental destaque na formação do comportamento alimentar das crianças e adolescentes matriculados na Rede Municipal de Ensino.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Expandir para as DREs com gestão terceirizada e ;</li> <li>Anos finais das EMEFs;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Publicar portaria referente ao programa na mesma mesa anualmente;</li> <li>- Divulgar o programa na rede por meio de palestras, site e informações enviadas as DREs;</li> <li>- Cadastrar os participantes no programa;</li> <li>- Promover formações dirigidas as UEs;</li> <li>- Acompanhar o desenvolvimento do programa;</li> <li>- Monitorar os resultados.</li> </ul>	<p>Número de adesões de unidades participantes ao programa</p> <p>Relato qualitativo das ações realizadas</p> <p>Avaliação do conteúdo dos projetos pedagógicos desenvolvidos pelas EU's</p>	SME	<p>Programa São Paulo Carinhosa, FSP-USP (Nupens), Fundações, ONG's, OSCIP's</p>	Permanente	00
Hortas escolares	<p>Formar professores e fomentar a criação de hortas nas escolas</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar no mínimo uma formação por DRE ao ano;</li> <li>- Inserção do estagiário de agronomia nas DRE's para auxiliar na implantação e manutenção das hortas escolares contratados pela SME.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Incentivar as UE's a incluírem as hortas educativas em seu Projeto Político Pedagógico (PPP), acompanhar sua implementação e garantir que as UE's possam utilizar as fontes de recursos financeiros</li> </ul>	<p>Monitorar anualmente o número de hortas ativas na RME</p>	SME e SVMA	<p>SDTE, CAISAN COMUSAN; CAE COPED Educação Ambiental, Coordenadoria dos CEUS, Programas Especiais/DRE, COPED Pedagógico/DRE , Supervisão Escolar/DRE ONGs Sociedade Civil CMDRSS</p>	Permanente	00

			<p>disponíveis de diferentes programas;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Estabelecer e validar parcerias com a sociedade civil;</li> <li>- Promover encontros anuais, entre as UE's, para difusão de conhecimentos e práticas e ainda para repasse de tecnologias de sustentabilidade e com enfoque na ampliação das hortas pedagógicas</li> </ul>					
Desperdício de alimentos na comunidade escolar	Diminuir o desperdício	Capacitar a comunidade escolar sobre o tema	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Levantamento de informações sobre desperdício;</li> <li>- Elaboração de curso voltado às merendeiras;</li> <li>- Oficinas sobre aproveitamento integral dos alimentos para a comunidade escolar.</li> <li>- Oficinas de compostagem com os resíduos de alimentos para utilização em hortas escolares.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Avaliação das oficinas realizadas</li> <li>- Totalização de DREs atingidas com os cursos voltados às merendeiras e oficinas aos alunos e familiares</li> <li>- Totalização de escolas com composteiras</li> </ul>	SME	SDTE; CRESAN's, SMS, COMUSAN; SESC- Mesa Brasil	Até 2020	00

Divulgação de Guias, informativo, manuais e outros materiais técnicos em EAN	Orientar as equipes envolvidas quanto aos procedimentos para o desenvolvimento do PAE.	Toda a Rede Municipal	- Cursos de formação para os diretores, merendeiras das UEs e cogestores de todas as DREs	Avaliação dos cursos Levantamento de unidades atingidas	SME	COMUSAN-SP, CEAGESP, SDTE, SMS, SVMA, CRESAN's	2017-2018	00
Ação Educação Além do Prato	Ampliar a discussão sobre Alimentação na comunidade educacional promovendo a qualidade de vida de crianças e jovens a partir da valorização de hábitos alimentares saudáveis.	Promover uma grande ação em EAN envolvendo todas as Unidades Educacionais da Rede Municipal de Educação na discussão das questões referentes à alimentação em seus aspectos sociais, ambientais, culturais.	Estabelecer a ação; Buscar parcerias; Elaborar Edital; Fazer o lançamento oficial; Criar material áudio visual; Divulgar a ação; Criar banco de dados para recebimento dos projetos e gestão dos dados - plataforma digital; Monitorar as ações; Realizar ações nas DREs; Realizar cerimônia de finalização da ação; Premiar as ações; Publicar material de registro final da ação	Participação das unidades Abrangência da ação na sociedade Divulgação da ação em meios de comunicação Continuidade e da ação após o evento (empoderamento das unidades nas questões relacionadas a alimentação)	SME	SMS, SMRIF, SDTE/COSAN; SVMA; Organizações Não Governamentais, Instituições acadêmicas Sociedade Civil e Profissionais Liberais;	Até 2020	00
Seminário Além do Prato	Promover a troca de experiência entre as unidades em ações relacionadas com a alimentação escolar	Realizar Seminário para aprimoramento técnico dos profissionais da Rede Municipal de Educação e espaço para	Estabelecer os temas; Verificar espaço evento; Cotar Empresa Promotora de evento; Produzir material de divulgação; Divulgar o	Número de inscrições Número de trabalhos inscritos Avaliação do evento	SME	SMS, SMRIF, SDTE/COSAN; SVMA; Organizações Não Governamentais; Instituições Acadêmicas; Sociedade Civil e Profissionais Liberais;	Até 2020	00

		a troca de experiências entre as Unidades Educacionais	seminário; Definir e convidar palestrantes; Receber as inscrições via plataforma digital; Receber as inscrições dos trabalhos os trabalhos via plataforma digital; Acompanhar o desenvolvimento do Seminário;					
Visitas técnicas de nutricionistas	Supervisionar o desenvolvimento do Programa de Alimentação Escolar nas unidades educacionais: cumprimento de cardápio, boas práticas na manipulação dos alimentos, condições de higiene e conservação, ações de educação alimentar e nutricional junto à comunidade escolar.	-Visitar todas as unidades escolares 3 vezes ao ano - Capacitação das cozinheiras escolares e equipe gestora duas vezes ano.	-Acompanhar de forma sistemática todas as etapas de preparo e distribuição da alimentação nas UES; - Fomentar atividades de EAN; - Verificar o cumprimento do cardápio ou esquema alimentar; - Realizar formações regulares sobre administração do PAE, boas práticas na manipulação dos alimentos e esquema alimentar. - Verificar a situação do abastecimento de alimentos perecíveis e não perecíveis; - Averiguar o cumprimento de orientações técnicas-administrativas da CODAE pelas unidades; -Orientar a	- Média do número de visitas realizados ao ano - Média de capacitações realizadas ao ano	SME	COMUSAN, CAISAN, CECANES	Permanente	00

			equipe gestora e manipuladores das unidades sobre dietas especiais e, quando necessário, os pais ou responsáveis;					
Dietas Especiais na Rede Municipal de Escolas	Prover alimentação escolar adequada aos alunos portadores de estado ou de condição de saúde Específica, conforme Lei nº 12.982, de 28 de maio de 2014, que altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.	100%	Estruturação do Núcleo de Dietas Especiais - equipamentos e recursos humanos Acompanhamento nas Unidades Escolares, das orientações fornecidas pela CODAE para o atendimento dos alunos com dieta especial	- percentual de escolas alcançadas	SME	UBS, HOSPITAIS, APAE, ICr, ENTRE OUTROS	Permanente	00 02
Formação para o incentivo ao Aleitamento Materno para a comunidade escolar	Incentivar o Aleitamento Materno nos Centros de Educação Infantil	- uma atividade de formação ao ano - sensibilizar a comunidade escolar sobre a importância de apoiar o aleitamento materno	Participação de profissionais vinculados às Universidades em atividades que visam o aperfeiçoamento dos profissionais da CODAE. - Divulgação de material técnico elaborado pela CODAE e SMS	- efetivação da ação - nº de acolhimentos pelos CEIs às mães que amamentam	SME	SMS; UNIVERSIDADES	Permanente	00

Objetivo 3.4: Fomentar a produção de tecnologia e inovação (aplicativos, bibliotecas digitais, etc.) em Segurança Alimentar e Nutricional.

Ações e Metas:

AÇÃO	OBJETIVO	META	ATIVIDADES ESTRATÉGICAS	INDICADORES DE RESULTADOS	RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	PRAZO	FONTE
Aplicativo em SAN	Divulgar para população das opções de comercialização de produtos da agricultura familiar	Divulgação de 100 empreendimentos de agricultura familiar	Levantamento das informações junto a CAISAN Integração das informações cedidas pela CAISAN no aplicativo desenvolvido pela ADESAMPA Inserção das informações sobre agricultura familiar no aplicativo em desenvolvimento pela ADESAMPA de mapeamentos dos pontos de comércio do município.	- aplicativo em funcionamento	SDTE	ADESAMPA CAISAN CMDRSS	2017	00
VAITEC	Mobilizar propostas de projetos ligados às diferentes dimensões da SAN	Captar 5 projetos que tragam propostas nas dimensões da SAN	Fomentar nas oficinas do vai tec a importância de projetos nesse segmento. Incentivar propostas de projetos no VAI TEC ligados a esse segmento Fomentar no projeto VAI TEC a participação propostas que considerem soluções tecnológicas às diferentes dimensões da SAN.	- nº de projetos	SDTE	ADESAMPA CAISAN	2017	00



**DIRETRIZ 4: PROMOÇÃO, UNIVERSALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS AÇÕES DE SAN VOLTADAS PARA OS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DE QUE TRATA O ART. 3º, INCISO I, DO DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007, POVOS INDÍGENAS E ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA.**

**Objetivo 4.1: Promover estratégias integradas e participativas, com vistas ao desenvolvimento sustentável, autonomia e Segurança Alimentar e Nutricional dos povos indígenas.**

AÇÃO	OBJETIVO	META	ATIVIDADES ESTRATÉGICAS	INDICADORES DE RESULTADOS	RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	PRAZO	FONTE
ATER Famílias Indígenas Aldeias Produtoras	Promover Assistência Técnica e Extensão Rural às famílias indígenas priorizando e integrá-los nos programas municipais de apoio à agricultura	Realizar um diagnóstico, por aldeia, das necessidades, interesses e projetos existentes	Orientação Técnica de cultivo agroecológico; Incentivo à produção de hortas e plantio de árvores frutíferas nativas e exóticas não invasoras de interesse das comunidades; - Articular com outros projetos já existentes e envolver a Câmara Técnica de Populações tradicionais do Conselho Gestor da APA Capivari Monos e lideranças de agricultura guarani em cada uma das aldeias do município;	- nº de alunos capacitados - nº de projetos implantados - quantidade produzida	SDTE, SVMA	SMPIR FUNAI CMDRSS	Até 2020	00 02
Aldeias Produtoras	Incentivar e apoiar o plantio de mudas e sementes crioulas, hortas, pomares e criação de aves domésticas nas aldeias indígenas, por meio da Casa de Agricultura Ecológica, dentro do PROAURP- Programa de Agricultura	Atender a todas as aldeias da Zona Norte e da Zona Sul do Município de SP.	- articular secretarias; - elaborar projetos; - cursos para formação; - insumos e infraestrutura para os primeiros passos; - Distribuição de mudas frutíferas silvestres e exóticas não	- nº de projetos implantados - quantidade produzida	SDTE, SVMA	CAISAN, SES, SMPIR FUNAI CMDRSS	Permanente	00

	Urbana e Periurbana e do Programa Agricultura Paulistanas		invasoras de interesse das comunidades; - integração dos projetos pré-existentes nas aldeias					
Projeto CECI	Dar continuidade do fornecimento de alimentos para atender especificidades culturais das comunidades indígenas.	3 aldeias do Projeto	- Pesquisa da inserção de novos alimentos - Incentivo ao aleitamento materno - Promover as hortas escolares	Avaliar a prevalência de desnutrição nas crianças Alcance das atividades estratégicas em todas as aldeias	SME	CAISAN, SVMA, SDTE, SMS	Até 2020	00 02

**Objetivo 4.2: Promover a saúde garantindo o acesso à alimentação saudável e adequada dos povos indígenas e demais povos, comunidades tradicionais e imigrantes, respeitando seus aspectos culturais.**

**Ações e metas:**

AÇÃO	OBJETIVO	META	ATIVIDADES ESTRATÉGICAS	INDICADORES DE RESULTADOS	RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	PRAZO	FONTE
Mapas das Comunidades de terreiro e Migrantes	Mapear as comunidades de terreiro e Migrantes da cidade de São Paulo	Elaboração do Mapa	Realizar articulação; Levantamento e caracterização das comunidades; Elaboração de estratégias e ações voltadas a esses grupos;	- lançamentos dos mapas	SDTE	SMDHC SMDU SVMA SMPIR SMADS SMS SMSP CAISAN	Até 2020	00

**DIRETRIZ 5: FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO EM TODOS OS NÍVEIS DA ATENÇÃO À SAÚDE, DE MODO ARTICULADO ÀS DEMAIS AÇÕES DE SAN, CONSIDERANDO TODOS OS CICLOS DA VIDA.**

**Objetivo 5.1: Intensificar, fortalecer e ampliar a promoção da SAN na Rede de Atenção Básica, alinhada às diretrizes da PNAN.**

**Ações e Metas:**

AÇÃO	OBJETIVO	META	ATIVIDADES ESTRATÉGICAS	INDICADORES DE RESULTADOS	RESPON-SÁVEIS	PARCEIROS	PRA-ZO	FONTE
Educação Alimentar e Nutricional e assistência nutricional	Desenvolver ações de prevenção e cuidado integral dos agravos relacionados à alimentação e nutrição	Implantar os protocolos para todas as faixas etárias quanto a alimentação saudável em 100% das UBS e sistematizar a avaliação do estado nutricional das pessoas que buscam atendimento na rede básica de saúde	Criar Grupo de Trabalho para elaboração de protocolos Divulgar junto aos profissionais da Atenção Básica	Percentual de UBS com protocolos de avaliação nutricional implantados entre as UBS existentes	SMS	Atenção Básica/ Área de Nutrição; STS/UBS	2017	02 00 Tesouro/Piso da Atenção Básica (PAB)
Aleitamento Materno	Promover o aleitamento materno em maternidades próprias da Rede Municipal de Saúde de São Paulo	Implantar Método Canguru em 100% das maternidades de alto risco	Capacitar profissionais da maternidade; Realizar monitoramento das ações previstas.	Percentual de maternidades de alto risco com Método Canguru implantado/Nº de maternidades de alto risco	SMS	CORAS/ Área Técnica de Saúde da Criança; Atenção Básica/ Área de Nutrição;	2019	02 00 Piso da Atenção Básica (PAB/MS)
Aleitamento Materno	Implantar Hospitais Amigo da Criança em todas as Maternidades da gestão própria	Implantar Hospitais Amigo da Criança em todas as Maternidades da gestão própria	Capacitar profissionais da maternidade; Realizar monitoramento das ações previstas	Percentual de Hospitais Amigo da Criança em relação ao nº de hospitais da gestão própria	SMS	SMS/ CORAS/ Área Técnica de Saúde da Criança; SMS/ Atenção Básica/ Área de Nutrição	2016-2019	00 02 Tesouro Piso da Atenção Básica (PAB/MS)

Aleitamento Materno	Monitorar ações "Os dez passos para o aleitamento materno" dos Hospitais Amigo da Criança nas maternidades	Monitorar ações "Os dez passos para o aleitamento materno" dos Hospitais Amigo da Criança nas maternidades	Capacitar profissionais da maternidade; Realizar monitoramento das ações previstas	Percentual de RN em aleitamento materno na 1ª hora de vida/nº de nascidos vivos nesses hospitais	SMS	CORAS/ Área Técnica de Saúde da Criança; SMS/ Atenção Básica/ Área de Nutrição	2016-2018	00 02 Tesouro Piso da Atenção Básica (PAB/MS)
Aleitamento Materno	Promover o aleitamento materno na atenção básica e nas maternidades da Rede Municipal de Saúde de São Paulo	Capacitar 60% dos profissionais da atenção básica e das maternidades em manejo do aleitamento materno	Capacitar profissionais da maternidade Realizar monitoramento das ações previstas para estímulo do aleitamento materno	Proporção de turmas realizadas entre as previstas Proporção de profissionais capacitados entre os previstos	SMS	CORAS/ Área Técnica de Saúde da Criança; SMS/ Atenção Básica/ Área de Nutrição	2016-2019	00 02 Tesouro Piso da Atenção Básica (PAB/MS)
Programa Saúde na Escola (PSE)	Articular intersetorialmente as redes públicas de saúde e de educação e das demais redes sociais para o desenvolvimento das ações do Programa Saúde na Escola (PSE), previsto na Portaria Interministerial nº 1.413/2013, com oferta de serviços num mesmo território.	Realizar em 100% das creches, pré-Escolas e Ensino Fundamental, vinculadas ao PSE, as seguintes ações: a) Avaliação antropométrica, b) promoção e avaliação da saúde bucal, c) ações de segurança alimentar e nutricional	Reuniões para articulação com a Secretaria Municipal da Educação Capacitação dos profissionais das UBS quando necessário Organização das atividades educativas e voltadas para a melhoria da qualidade da alimentação escolar	Percentual de crianças nas creches, pré-escola e ensino fundamental e médio inscritas no PSE, avaliadas quanto ao componente saúde previstos no PSE	SMS	(SME/ SMS) Atenção Básica/Área de Nutrição; CORAS - Área Técnica de Saúde da Criança; CRESAN's	2019	00 02 Tesouro Piso da Atenção Básica (PAB/MS)
Nutri+Ação	Implantar o Programa Nutri+Ação	Constituir grupo condutor para planejamento das ações contidas na Lei nº 16.378/2016	Atividades intersecretariais Realização de palestras, painéis, dinâmicas de grupo e outras modalidades pedagógicas, a ser ministrada por profissionais de diversas secretarias municipais	Grupo Condutor constituído Realização das atividades previstas/ participantes	SMS/ Atenção Básica/ Área de Nutrição	SME/ SMS-CORAS - Área Técnica de Saúde da Criança, São Paulo Carinhosa	2018	02 Fundo de alimentação e nutrição (FAN)

			(nutricionistas, médicos, psicólogos e pedagogos)					
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Integral da Primeira Infância na Cidade de São Paulo - São Paulo Carinhosa	Capacitar os profissionais da Atenção Básica, especialmente os Agentes Comunitários de Saúde (ACS), enfermeiros da equipe da Estratégia Saúde da Família e profissionais do Núcleo de Atenção à Saúde da Família (NASF), para promover o desenvolvimento integral na primeira infância com o envolvimento das famílias	Qualificar os profissionais quanto ao Aleitamento Materno e Alimentação Saudável a. Política Nacional de Promoção, Proteção e Apoio ao Aleitamento Materno; b. Manejo do Aleitamento Materno em situações especiais; c. Situações de restrições ao Aleitamento Materno, Importância da Família e Comunidade no processo de amamentação; d. Instrumentos de Proteção do Aleitamento Materno no Brasil; e. Alimentação Complementar para Crianças menores de dois anos.	Definir o processo de trabalho da equipe incluindo visitas domiciliares com foco no desenvolvimento infantil; Definir o instrumento de campo para a ação específica da equipe da Atenção Básica na primeira infância e familiares; Identificar nos territórios elencados situações concretas passíveis de articulação intersetorial; Elaborar o conteúdo e a programação da Educação Permanente para os ACS e profissionais da Atenção Básica com a especificidade da primeira infância; Capacitar as equipes das UBS com ESF e sem ESF	Proporção de profissionais capacitados e capacitações realizadas entre as previstas.	SMS	Atenção Básica; Coordenadorias Regionais de Saúde e Supervisões Técnicas de Saúde/ CORAS - Área Técnica de Saúde da Criança; São Paulo Carinhosa	2016	02 Tesouro/MS

**Objetivo 5.2: Promover, controlar e prevenir os agravos e doenças consequentes da Insegurança Alimentar e Nutricional.**

**Ações e Metas:**

AÇÃO	OBJETIVO	META	ATIVIDADES ESTRATÉGICAS	INDICADORES DE RESULTADOS	RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	PRAZO	FONTE
Educação Alimentar e Nutricional e Assistência	Promover práticas alimentares adequadas e saudáveis	Promover a Campanha do Consumo Consciente de Sal	Disponibilização de folders, spots na Rede SP Saudável e cartazes na Rede Municipal de Saúde	Campanha realizada	SMS	Atenção Básica/ Área de Nutrição; Comunicação; Escola Municipal de Saúde; CRESAN's	2019	00 02 Tesouro Fundo de alimentação e nutrição (FAN)
Vigilância da água	Implementar a vigilância de doenças ocasionadas pelo contaminação da água	Monitorar a qualidade da água para consumo humano e estabelecer novas tecnologias de abordagem em conjunto com as CRS (SUVIS/UBS) e território levando em consideração critérios epidemiológicos de risco e vulnerabilidade	Estabelecer novo plano amostral para o monitoramento da qualidade da água para consumo humano e coletar e analisar 100% das amostras preconizadas	Proporção de amostras coletadas e analisadas em relação ao preconizado	SMS	COVISA/ Alimentos COVISA/ ambiental	2019	02 MS/Vigilância
Linha de Cuidados de Sobrepeso e Obesidade	Contribuir para a diminuição da mortalidade por hipertensão e diabetes e outros agravos na população do MSP	Implantar a Linha de Cuidados de Sobrepeso e Obesidade, instituída em 19/11/2013	Reuniões para articulação com STS/CRS e Coordenadorias de SMS Capacitação dos profissionais das UBS Organização das atividades da linha de cuidado	Nº de unidades inseridas na linha de cuidado de sobrepeso e obesidade /nº total de unidades de cada STS	SMS/ CORAS/ Área Técnica de Saúde do Adulto	Atenção Básica/ COVISA/ Área de Nutrição e outras; Coordenadorias de SMS/ Coordenadorias Regionais de Saúde e Supervisões Técnicas de Saúde	2018	00 02 Tesouro/Piso da Atenção Básica (PAB/MS)

## DIRETRIZ 6: MONITORAMENTO DA REALIZAÇÃO DO DHAA

**Objetivo 6.1: Identificar avanços e retrocessos no cumprimento das obrigações de respeitar, proteger, promover e prover o DHAA.**

### Ações e Metas:

AÇÃO	OBJETIVO	META	ATIVIDADES ESTRATÉGICAS	INDICADORES DE RESULTADOS	RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	PRAZO	FONTE
Diagnóstico de Segurança Alimentar e Nutricional	Criar indicadores e diagnósticos de Segurança Alimentar e Nutricional	Criação dos indicadores de SAN no Município de São Paulo;  Elaboração de Diagnóstico das Ações de SAN por regiões;	Propor articulação/convênios com Universidades Públicas para pesquisa acadêmica;	- nº de indicadores formulados - nº de pesquisas realizadas	SDTE	UNIVERSIDADES, OSCIPS, CAISAN, SUBPREFEITURAS, CRESAN's, COMISSÕES REGIONAIS DE SAN, COMUSAN	Até 2020	00
Comissões Locais de SAN	Implantar comissões locais de SAN para viabilização política de SAN no nível local	32 comissões (uma em cada subprefeitura)	Mobilizar a sociedade e poder público local para a discussão da SAN Contatar subprefeitos	- nº de Comissões em funcionamento	SDTE	COMUSAN CAISAN	2º semestre de 2016 até 2018	00
SISVAN	Implantar sistema de vigilância alimentar e nutricional (SISVAN)	Capacitar pelo menos um profissional de cada STS e UBS para uso do SISVAN	Capacitar profissionais da atenção básica; Monitorar as informações e digitadas no sistema Divulgar as informações à SMS (UBS, STS, CRS, Áreas Técnicas; COVISA)	Proporção de turmas realizadas entre as previstas Proporção de profissionais capacitados entre os previstos SISVAN implantado	SMS/COVISA	SMS/ Atenção Básica/ Área de Nutrição; COMUSAN	2017-2018	02 Fundo de alimentação e nutrição (FAN)
Aleitamento Materno	Monitorar as ações de aleitamento materno no MSP	Inserir módulo de gestão da informação para monitoramento do aleitamento materno no SIGA	Inclusão do módulo no SIGA Capacitação dos profissionais responsáveis pela digitação da informação no SIGA	-nº de capacitações realizadas - nº de pessoas capacitadas - avaliação dos participantes	SMS/ CORAS/ Área Técnica de Saúde da Criança	PRODAM/ SMS/ ATTI/ Atenção Básica/ Área de Nutrição; COMUSAN	2017	00 02 Piso da Atenção Básica (PAB/MS)

Criar painel de monitoramento de SAN	Criar indicadores de monitoramento da segurança alimentar e nutricional sustentável para subsidiar a gestão das políticas de saúde na SMS/SP relacionadas à SAN.	Criar indicadores de SAN relacionados à saúde, para o município de São Paulo	Criar grupo de trabalho Elaborar indicadores Divulgar os indicadores	Painel de monitoramento criado e divulgado no COMUSAN e SMS	SMS CEINFO/ SMS-G (Assessoria Secretária)	SMS/ COVISA/ Atenção Básica/ Área de Nutrição; COMUSAN	2017-2018	NA
Abastecimento Legal	Elaborar pesquisa com todos os permissionários de quantidade e origem dos alimentos comercializados nas feiras	01 - uma pesquisa	Mobilizar permissionários e institutos de pesquisas, universidades	-realização da pesquisa	SDTE	Universidades e Institutos de Pesquisas; COMUSAN	2016-2018	00
Comitês Políticas para Juventude	Articular 10 COMITÊS Locais e Juventude Viva nas Zonas Sul, Norte e Leste.	Criação de 10 comitês.	Articulação e mobilização de ações integradas no âmbito das Subprefeituras;	- nº de comitês criados	SMDHC	SMADS; SMC; SMS; SEME; SDTE; COMUSAN	2016	00
Observatório de Segurança Alimentar e Nutricional	Construir indicadores para consolidar uma metodologia de acompanhamento da situação da SAN (em suas variadas dimensões) no Município de SP.	Criar o Observatório e disponibilizar as informações.	Criar Grupo de Trabalho para a viabilização	Observatório criado	SDTE	CAISAN Universidades Institutos de Pesquisa ONG's	Até 2020	00



## 5. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Lei 11947/2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Série B. Textos Básicos de Saúde)

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. Brasília: 2012, 68p.

Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE). Censo da População em Situação de Rua na Cidade de São Paulo, 2015.

CERVATO-MANCUSO, Ana Maria; FIORE, Elaine Gomes; REDOLFI, Solange Cavalcante da Silva. Guia de Segurança Alimentar e Nutricional. São Paulo: Manole, 2015.

CONSEA. Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional. A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil. Indicadores e monitoramento: da constituição de 1988 aos dias atuais. Brasília, CONSEA, 2010.

Brasil. Vigitel Brasil 2014: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. Brasília, 2015. Disponível em [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigitel\\_brasil\\_2014.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigitel_brasil_2014.pdf)Brasil.

Brasil. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN). Balanço das Ações do plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PLANASAN 2012-2015 Brasília, DF: MDS, Secretaria-Executiva da CAISAN, 2013. 120 pp.

Brasil. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Disponível em : <http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>

São Paulo. ISA Capital 2015: inquérito de saúde de base populacional no município de São Paulo (ISA Capital - 2015). Primeiros resultados. Disponível em <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/noticias/?p=214666>

Schmidt, Maria Inês et al. Chronic non-communicable diseases in Brazil: burden and current challenges. *The Lancet*, 2011, 377 (9781): 1949 - 1961. Disponível em: <http://www.thelancet.com/series/health-in-brazil>

World Health Organization. Diet, nutrition and the prevention chronic diseases. Geneva, 2003.

IBGE. Análise de Consumo Alimentar Pessoal no Brasil 2008-2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 44p Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91110.pdf>

IBGE. Aquisição Domiciliar Per Capita 2008-2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 44p.

Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv47307.pdf>

SANTANDREU, Alain; LOVO, C. Ivana. Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção: Identificação e Caracterização de iniciativas de AUP em regiões metropolitanas Brasileiras Documento referencial geral. Belo Horizonte, 2007.

Acesso em: 18 de abril de 2016/Disponível em: <http://www.agriculturaurbana.org.br/sitio/textos/panorama%20AUP.pdf>

M. A ALTIERI, 1989, *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. 2. ed. Rio de Janeiro: PTA- FASE, 1989. 240 p.

Felipe PIRES DE CAMARGO, Waldemar PIRES DE CAMARGO FILHO, Ana Maria MONTRAGIO PIRES DE CAMARGO (2013), *Agricultura Orgânica no Estado de São Paulo, 2008 - Ações em 2013*, URL: [http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/estudos\\_lupa/AgriculturaOrganicaSPOut2013.pdf](http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/estudos_lupa/AgriculturaOrganicaSPOut2013.pdf)

Eduardo Pires CASTANHO FILHO, Adriana Damiani CORREIA CAMPOS, José Alberto ÂNGELO, Mário Pires DE ALMEIDA OLIVETTE, Raquel Castelluci CARUSO SACHS, *A Evolução da Agropecuária Paulista e a Implantação da Legislação Ambiental - Impactos Socioeconômicos e Ambientais*, URL

[http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/estudos\\_lupa/EvAgrolmpLegisAmb.pdf](http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/estudos_lupa/EvAgrolmpLegisAmb.pdf)

Antoniane ARANTES DE OLIVEIRA ROQUE, Mario Ivo DRUGOWICH, Antonio José TORRES, Cristina CARVALHO GOMES, *Uso de sistemas de informação geográficas no gerenciamento de políticas públicas: o projeto LUPA em SP*, URL: [http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/estudos\\_lupa/2GeoPantanal\\_LUPA.pdf](http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/estudos_lupa/2GeoPantanal_LUPA.pdf)

Alberto FEIDEN, 2005, Agroecologia: introdução e conceitos. In: Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília: Distrito Federal. Embrapa, Informação Tecnológica, p. 51-60.

David HOLMGREN, 2007, Os fundamentos da permacultura, [http://biowit.files.wordpress.com/2010/10/fundamentos\\_permacultura1.pdf](http://biowit.files.wordpress.com/2010/10/fundamentos_permacultura1.pdf)

Duran ACFL. Ambiente alimentar urbano em São Paulo, Brasil: avaliação, desigualdades e associação com consumo alimentar. [Tese de Doutorado]. Faculdade de Saúde Pública da USP. São Paulo, 2013.

Duran AC, Diez Roux AV, Latorre MRDO, Jaime PC. Neighborhood socioeconomic characteristics and differences in the availability of healthy food stores and restaurants in Sao Paulo, Brazil. *Health & Place* 2013; 23:39-47.

Jaime PC, Duran AC, Sarti FM, Lock K. Investigating environmental determinants of diet, physical activity, and overweight among adults in Sao Paulo, Brazil. *Journal of Urban Health* 2011;88(3):567-581.

Tatiane Aparecida SOARES, Adão Luiz CASTANHEIRO MARTINS, Helen Elisa C. R. BEVILACQUA, *Agricultura urbana e periurbana no município de Sao Paulo com base em agroecologia*,

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 set 2006.

\_\_\_\_\_. Emenda Constitucional 64, de 04 de fevereiro de 2010. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 04 fev 2010.

## Video

MUITO ALÉM DO PESO.

Plataforma de Apoio à Agricultura Orgânica na Cidade de São Paulo, video “*Produzido em São Paulo*”, URL: [http://www.youtube.com/watch?v=h9XUU\\_yj7v4&feature=c4-overview&list=UUu3NpQtluaHZqXtcjQswlv](http://www.youtube.com/watch?v=h9XUU_yj7v4&feature=c4-overview&list=UUu3NpQtluaHZqXtcjQswlv)

Claudia Visoni, De uma Horta em casa para agricultura urbana\_ TEDx, URL: <http://www.youtube.com/watch?v=glOG6rMMMSI>



PREFEITURA DE  
**SÃO PAULO**